

SESSÕES DO PLENÁRIO

21ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 01 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROBERTO CARLOS “1º SECRETÁRIO”

1º SECRETÁRIO: DEP. JOÃO C. BACELAR *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. BIRA CORÔA *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Herald Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joécio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Yulo Oiticica e Zé Neto. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A Secretária da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário para fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado João Carlos Bacelar, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 12 e 16/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Neto, comunicando sua ausência na sessão do dia 19/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Obrigado, nobre deputado João Carlos Bacelar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Yulo Oiticica. V.Ex^a tem 5 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me solidarizar com os estudantes da UESB que chegaram a nossa capital. Tivemos, hoje, uma reunião na sala de uma das comissões desta Casa. Eles estão reivindicando mais professores no *campus* daquela universidade pública do nosso Estado.

Sabemos o quanto o governo Jaques Wagner tem investido na educação superior, aumentando no primeiro ano mais 22% no Orçamento e no segundo, mais 6%. Nós entendemos a necessidade de um investimento muito maior, e quero aqui parabenizar o secretário Adeum Sauer, que já se colocou à disposição para conversar com os alunos, na manhã de amanhã, para tentar buscar a solução mais rápida possível. Eu parabenizo esses alunos.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o que ouvi ontem, na madrugada, nesta Casa, me chocou profundamente. Ontem, esta Casa sofreu um golpe do mais duro que eu já vi nesses dez anos em que aqui estou.

A atitude da Oposição, confesso, envergonhou-me, Srs. Deputados. Jamais, jamais pensei que deputados como Elmar Nascimento, Clóvis Ferraz, Heraldo Rocha e João Carlos Bacelar protagonizassem algo parecido. Digo isso com muita tranquilidade porque fui deputado de oposição por oito anos e não tive nenhum receio de fazer o enfrentamento, muitas vezes radicalizado, quando a Bancada do governo instalou a ditadura nesta Casa, impossibilitou, e contra fatos não há argumento, a minoria de fazer parte da Mesa. Todos os membros da Mesa Diretora, todos, 100%, deputado Bira Corôa, foram da Bancada do governo, ou seja, da Bancada de Maioria.

Esse ato abominável, lamentável, que envergonha a biografia de todos aqueles deputados, nos levou a um dia duro nesta Casa, quando da eleição da Mesa. Inclusive joguei a urna para fora da Mesa, numa atitude de revolta contra aquilo que se instalava naquele período, naquela legislatura. Volto a dizer: todos da Mesa deputados do governo, todos, deputado Clóvis Ferraz, uma vergonha para os deputados, que têm isso na sua biografia e não poderão tirar nunca mais.

Fizemos manifestações, com o saudoso Paulo Jackson, nesta Casa, onde, com a presença do governador na leitura da mensagem, ficamos calados, em silêncio, com uma mordaca preta e a Constituição na mão.

Acampamos neste Plenário, fizemos vigília dias e dias nesta Casa. Sempre de forma ordeira e pacífica. Em muitos momentos, militantes mais agitados vinham para

essas Galerias, vaiavam deputados, e nós nunca vacilamos em pedir que parassem, se acalmassem, e não permitíamos que isso acontecesse.

Ontem, a Bancada da Oposição permitiu que os cidadãos e cidadãs que estavam na Galeria vaiassem os deputados, xingassem os deputados, achincalhassem esta Casa da forma mais vergonhosa, mesquinha, medíocre, baixa, rasteira. E na impossibilidade de outra atitude, o deputado Marcelo Nilo pediu que evacuassem a Galeria. Os deputados da Oposição postaram-se na porta, não permitindo que saíssem. Eles continuaram xingando, achincalhando; e os deputados permitiram.

Confesso que, ontem, senti-me triste e envergonhado. Se não fosse a honra que tenho daqueles que me elegeram, renunciaria ontem.

Imaginem, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, se eu enchesse a Galeria de militantes do movimento social ou de qualquer outro movimento e, quando os deputados da Oposição fossem falar, eles comessem a vaiar, a xingar, a humilhar, a ofender, e quando o deputado que presidisse a sessão mandasse evacuar, eu, o deputado Bira Corôa e o deputado Zé Neto fôssemos para a porta da Galeria e não permitíssemos que alguém saísse!

Certamente, Sr. Presidente, isso feriria de morte este Poder Legislativo e inviabilizaria sua produção. Estaria instalada a ditadura e iria por terra, mais uma vez, o Estado Democrático de Direito.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que, ontem, foi ferido de morte o Estado Democrático de Direito no exercício do Legislativo estadual.

Confesso que ainda hoje o sentimento que me invade é de vergonha por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, em que pese os fatos lamentáveis de ontem, esta Assembleia Legislativa está de parabéns por ter aprovado um projeto de grande importância para o desenvolvimento do nosso Estado, que foi o projeto do Fisco.

A aprovação desse projeto significa uma quebra de paradigmas na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Eu peço aos deputados que façam silêncio, pois há um deputado na tribuna. Deputado Yulo! Deputado Clóvis Ferraz! Deputados!

Peço aos deputados que ouçam atentamente o pronunciamento do deputado Álvaro Gomes, que está na tribuna.

(Vários deputados continuam falando ao mesmo tempo no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Eu peço silêncio aos deputados.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes. Continue, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Deputado Yulo, V.Ex^a que gosta de me ouvir, deputado Clóvis Ferraz...

(Continua o tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Eu peço aos deputados que façam silêncio. Há um orador na tribuna...

(Continua o tumulto no Plenário.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Deputado Yulo e deputado Clóvis Ferraz, abracem-se e façam as pazes!

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Eu gostaria de que os deputados fizessem silêncio, porque há um orador na tribuna...

(Continua o tumulto no Plenário.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Abracem-se e façam as pazes!

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Álvaro Gomes, continue.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Já fizeram as pazes? Abracem-se e façam as pazes, para que retomemos os trabalhos.

Ainda é a continuidade do debate de ontem, não é? Ontem, o debate foi muito acirrado. Mas quem venceu? A democracia. Venceu a democracia.

Sr. Presidente, pode aumentar um pouco o meu tempo, para a conclusão de meu raciocínio? Porque, de certa forma isso ainda é a continuidade do processo de ontem. Nós saímos daqui, ontem, às 3h30min, e hoje ainda é a continuidade desse debate.

Ontem nós tivemos episódios lamentáveis, mas o importante é que venceu a democracia. Isso é que é o importante, ontem venceu a democracia. Acho que ontem houve um certo exagero por parte da Oposição, que exagerou um pouco, esticou muito a corda, mas entendo que esta Casa não pode se transformar, como era no passado, numa instituição morna, sem debate, numa instituição sem discussão, sem polêmica, sem participação da sociedade, sem independência. Então o que vimos aqui, no que pese os exageros da Oposição, foi exatamente a expressão de um processo democrático que nós conquistamos. Esta Assembleia Legislativa precisa de debate, precisa discutir, polemizar e aprovar aquilo que é melhor para a sociedade.

Portanto, no que pese a sessão plenária ter terminado por volta das 3:30, observamos que venceu o processo democrático, venceu a democracia. Os derrotados não se conformaram, mas a democracia foi a grande vitoriosa na noite de ontem. Tivemos a aprovação de um dos projetos mais importantes do Estado da Bahia e a votação foi fragorosa. Tivemos apenas duas abstenções, o projeto foi aprovado por ampla maioria, com apenas duas votações.

Teremos agora a Secretaria da Fazenda, num processo de modernização e transformação que está sintonizado com os novos tempos, com os avanços da sociedade. Por isso, a aprovação do Projeto de Lei, ontem, foi um marco na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. É um projeto que moderniza a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, que faz justiça, que reconhece os direitos dos servidores e que busca ficar sintonizado com os demais estados que já se encontravam nessa situação. Portanto, os agentes de tributos que tem a sua função

reconhecida passam agora a constituir crédito das Pequenas Empresas e da mercadoria em transito. Venceu a democracia, estamos todos de parabéns. Quero que tenhamos aqui, nesta Assembleia Legislativa, novos debates, novas polêmicas e novas aprovações de projetos que venham beneficiar a nossa sociedade.

Portanto quero registrar esse avanço. Parabéns a todos os fazendários, tanto os representados pelo IAF como os representados pelo Sindsefaz. Todos os fazendários estão de parabéns pela aprovação do projeto de tão grande importância como o que foi aprovado nessa madrugada aqui na Assembleia Legislativa da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar. V.Ex^a, deputado, dispõe de até 5 minutos para falar a todo povo do Brasil.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, pela manhã, na reunião da Comissão de Direitos Humanos, recebemos a visita do delegado Magalhães. Delegado que é o símbolo da política da Segurança Pública do governo Wagner e cuja posse, na delegacia de Itaparica, contou com a presença do Sr. Governador. Pois o delegado Magalhães veio, hoje, aqui dizer que pedia exoneração do cargo, porque não pode trabalhar num governo incompetente na área da segurança. Renunciou ao cargo porque o seu secretário da Segurança não trabalha, e ele, o delegado, não recebia. Finalizando, disse ainda que infelizmente o secretário da Segurança não coíbe o “TQQ”, isto é, terça, quarta e quinta. Que na polícia baiana só se trabalha terça, quarta e quinta, e é por isso que os crimes ocorrem nas sextas, nos sábados e domingos. Então, para este governo que elegeu o delegado Magalhães como símbolo da sua política de segurança, está aí a merecida resposta que ele lhe dá.

Mas, Sr. Presidente, quero voltar hoje a uma denúncia que fiz ontem desta tribuna. Denunciei daqui ontem que o governo do Estado utiliza a Secretaria da Fazenda como instrumento de perseguição política. E li um documento da Sefaz no qual o inspetor da inspetoria de grandes empresas dizia claramente: “Já que a auditora fulana de tal não encontrou nenhuma irregularidade na *TV Bahia*, não conseguiu produzir nenhum resultado da sua fiscalização lá, por recomendação do Superintendente de Administração Tributária ele pedia que os auditores fossem encontrar algum resultado nas diversas empresas do grupo dos acionistas da *Rede Bahia*.”

Deputado Yulo Oiticica, da mesma maneira que V.Ex^a está indignado com o que ocorreu ontem aqui, eu também estou, porque num país sério o governo caía. Em um país sério com uma denúncia dessas o governo caía, porque o Sr. Jaques Wagner, S.Ex^a o Governador, precisa saber que a máquina do Fisco não é propriedade particular dele para utilizá-la para perseguição política e achaque a empresas, instaurando na Bahia um clima de instabilidade e perseguição. E por que o Sr. Jaques Wagner? Porque é a autoridade maior. Ele ou o secretário da Fazenda, se não tem nada a ver com a denúncia, demita o inspetor ou o superintendente de Administração Tributária.

Agora, não podemos continuar a ficar no silêncio em que nós estamos. A Bahia precisa de uma resposta do governo estadual. Ou então me desmintam! Digam que as minhas acusações são falsas, que o documento que eu tenho não existe! Ou então os baianos têm de ter uma satisfação do Sr. Governador, e nós deputados precisamos de uma justificativa, uma satisfação da Bancada governista.

Em qualquer país sério, em qualquer Parlamento que se respeite, hoje seria instaurada, deputado Heraldo Rocha, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar se a Secretaria da Fazenda é atualmente um instrumento de perseguição política na mão de determinados partidos políticos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha. V.Ex^a, Líder da Oposição nesta Casa, terá até 5 minutos para falar aos baianos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, antes de iniciar o tema que vou tratar, gostaria de ler e anexar aos Anais deste Legislativo uma carta aberta que me foi entregue pelos alunos da UESB, *campus* de Itapetinga. (lê) “*Os diretórios acadêmicos da Uesb de Itapetinga são as entidades representativas dos estudantes dos cursos que têm como finalidade a organização dos estudantes como gestores críticos de sua própria vida acadêmica, constituindo-se então em elementos participativos na construção paulatina dialética da universidade que queremos.*

Numa demonstração de movimento organizado, viemos, através desta, advertir a todos sobre a falta de professores no Campus de Itapetinga da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A falta de professores não se caracteriza apenas pela ausência de aulas, mas, principalmente, pela precariedade do regime de contratação, a situação chegou a tal ponto que o quadro de docentes não foi ampliado. Como consequência, muitas turmas estão sem aulas e vários docentes estão submetidos a uma precarização do seu trabalho, por acumularem atividades. Em nossa Universidade hoje estamos em déficit de cerca de 27 disciplinas sem docentes.

O governo do Estado vem destruindo a concepção de universidade pública baseada em ensino, pesquisa e extensão em virtude de não ter autorizado a contratação de mais professores, solicitada pelos departamentos da UESB.

Queremos aula. Itapetinga, 01 de abril de 2009.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nesta madrugada foi feita aqui uma grave denúncia por parte do nobre deputado João Carlos Bacelar, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública desta Casa. Um parlamentar que tem se destacado na sua atividade como deputado estadual, da mesma maneira quando era vereador da cidade do Salvador.

A denúncia que ele trouxe, comprovada, com documentos, a respeito da Gestapo colocada pelo governo Wagner na Secretária da Fazenda para fazer a auditoria na *Rede Bahia*, é mais uma determinação gravíssima e uma situação caótica

desse governo. Se hoje foi a *TV Bahia*, amanhã pode ser a *Braskem*, pode ser *A Tarde*, *Tribuna da Bahia*, enfim, estão querendo calar a voz do povo da Bahia, da mesma maneira que estão querendo calar a voz da Oposição. Mas a voz da Oposição não será calada. Todo esse estupro regimental que sofremos ontem, vamos continuar de cabeça erguida, mantendo o nosso posicionamento em defesa dos direitos do cidadão.

O que ouvimos hoje, deputado João Bacelar, do delegado Magalhães em depoimento na Comissão Direitos Humanos e Segurança Pública, demonstra o que o deputado de Oposição; não, não, não é de Oposição, ele é de Governo, é da Base aliada do governo, o deputado Capitão Tadeu que disse aqui desta tribuna em alto e bom som, e disse hoje também na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, que a Segurança Pública na Bahia acabou.

Estamos elaborando, não tivemos tempo hoje de terminar pela manhã, o documento da CPI para que possamos solicitar a assinatura de todos os parlamentares, inclusive os da Base aliada do governo, porque se querem um governo transparente, um governo republicano, terão que assinar a CPI. Esta é a verdade nua e crua sobre essa denúncia formulada pelo deputado João Carlos Bacelar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Bira Corôa. V.Ex^a terá 5 minutos para falar.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente e nobre deputado Roberto Carlos, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores desta Casa, Srs. da Imprensa, visitantes, faço uso da palavra neste momento para destacar dois aspectos deste assunto. O primeiro deles, retomo aqui mais uma vez, respeitando o papel da Oposição, é a denúncia e a forma como a Oposição faz. Com todo respeito que sempre tive e vou ter eternamente ao nobre deputado João Carlos Bacelar, quero afirmar que a denúncia aqui feita, ontem, já está sendo encaminhada hoje, porque, se tem procedência, não tenho dúvida alguma de que o governo Wagner tomará posições, assim como fez quanto chegou a denúncia sobre o comando da Polícia Militar. Ele não mediu esforços para tomar as medidas devidas e não interveio para tentar contornar a situação ou colocar sujeiras debaixo do tapete.

Quanto à solicitação feita aqui pelo nobre deputado Heraldo sobre a CPI, quero, se for fato comprovado...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a vai assinar a CPI?

O Sr. BIRA CORÔA:- Assino a CPI, nobre deputado, mas quero dizer o seguinte: primeiro, é preciso que o nobre deputado João Carlos Bacelar entregue, pelo menos, a denúncia na Taquigrafia da Casa, para que seja encaminhada, porque ontem não foi entregue.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Foi.

O Sr. BIRA CORÔA:- Ontem não foi entregue, mas está aí. Confio no nobre deputado, mas a informação que tenho é que não chegou na Taquigrafia. Essa é a informação. É preciso esclarecer isso, deputado João Carlos, porque a Taquigrafia informa que não a recebeu. Então, é preciso esclarecer isso, porque um documento

apenas citado não pode ser base para denúncia ou para acusação. Não é elemento de prova, é preciso ter a prova material.

Quero também chamar a atenção do nobre deputado Heraldo, para concluir, que estou disposto a assinar a CPI, mas é preciso conhecer quantas CPIs o nobre deputado assinou ao longo dos quatro mandatos nesta Casa. É interessante ter esse conhecimento porque, em quatro mandatos, 20 anos, ocorreram necessidades e fatos para constituírem nesta Casa CPIs. É preciso ter esse conhecimento até para identificar que a solicitação faz jus ao compromisso que tem como parlamentar desta Casa, deste Estado.

Quero também chamar a atenção de outro aspecto, Sr. Presidente, para concluir, que é o fato ocorrido na noite de ontem. Quero, se o deputado permitir, fazer minhas as palavras do deputado Yulo, na sua totalidade. Posso ser um deputado de primeiro mandato nesta Casa, mas venho de Parlamento. Tive o compromisso e o cuidado de estudar as leis que regem esta Casa – a Lei Orgânica e o Regimento Interno. Acompanho o procedimento deste Parlamento muito antes de ser deputado. Militante de movimentos e causas populares várias vezes estive nesta Casa como vereador, inúmeras vezes estive aqui, inclusive acompanhando o mandato do deputado Caetano, mas não presenciei fatos tamanhos.

Então, Sr. Presidente, é interessante destacar que respeito a posição da Oposição porque sempre afirmei que fui, quase toda a minha vida, oposição, mas sempre atuei com respeito e compromisso porque os mandatos passam, mas a instituição fica. Ontem eu vi ser rasgada, ser praticamente desrespeitada a instituição. Avacalhou-se esta Casa, Sr. Presidente, porque não se respeitou o Regimento dela. Até aceito que o visitante, por desconhecimento do Regimento ou por princípio, não tenha cumprido as normas, as regras.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Mas o parlamentar incentivar e ir para frente do processo para conduzir a ação de desrespeito, isso não pode passar em branco, Sr. Presidente, não quero nominar, mas quero deixar apenas...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) para a reflexão de cada um dos que contribuíram para aquele ato, para avaliarem, estou concluindo, Sr. Presidente, se dessa forma estaremos potencializando e fortalecendo o Legislativo, que está acima de todos nós.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo Filho. Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho. Com a desistência do deputado Gildásio de ir à tribuna, convido o deputado Clóvis Ferraz, grande torcedor do Poções e que terá 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras jornalistas, senhores das Galerias, Sr. Presidente, gostaria de ter mais tempo para falar sobre alguns assuntos, mas vou tratar rapidamente, até porque o deputado Yulo Oiticica, deputado competente, sério, meu amigo, defensor dos

direitos humanos, só que ultimamente não está defendendo muito esses direitos, a juventude está morrendo até dentro das escolas, não é, deputado? V.Ex^a não tem falado sobre isso, V.Ex^a foi muito infeliz, deputado, com todo o respeito que tenho por V.Ex^a, quando colocou aqui que a culpa ontem pelo incidente ocorrido nas Galerias e o tumulto nesta Casa foi dos deputados de Oposição. V.Ex^a não pode jogar essa pecha nos deputados de Oposição!

E V.Ex^a, deputado Bira Corôa, deputado sério, competente, jovem e que está aqui debatendo assuntos importantes, também não conviveu nesta Casa. V.Ex^a até fala aqui de um fato importante, V.Ex^a que acompanhou esta Casa junto com os movimentos sociais no passado. Ontem, disseram aqui que nunca houve debate nesta Casa, e V.Ex^a acaba de confirmar o que eu disse aqui: debate sempre houve, só que nosso debate era diferente. Debatíamos com as Oposições e as respeitávamos. Não rasgávamos o Regimento, não! Respeitávamos o Regimento. Essa era a diferença, deputado Yulo Oiticica. E V.Ex^a não pode, até porque não aceito e não aceitamos essa pecha de dizer que fomos nós, muito pelo contrário, se não estivéssemos ido para as Galerias a fim de acalmar o pessoal, poderia ter acontecido algum incidente, porque, com a ordem de evacuar as Galerias, não poderíamos prever o que poderia acontecer.

É este o governo democrático? É este o governo republicano, que tira o povo das Galerias, da Casa que é a Casa do Povo? Acho que V.Ex^a, até porque atua aqui muito bem, sabe que já houve incidentes, V.Ex^a chegou a jogar urna! V. Ex^a disse que jogou, mas não para pegar na cabeça. Foi sem maldade. Tudo bem! Então, digo que V.Ex^a foi infeliz nas colocações, porque nós ajudamos a não acontecer qualquer incidente, evitamos coisas mais graves e não incitamos ninguém à violência, porque esse não é o nosso papel de deputados de Oposição. A nossa Oposição tem sido muito responsável nesta Casa. Agora, é preciso saber por que houve tudo isso. Foi porque foram desrespeitados alguns artigos do Regimento da Casa! Foi por isso, nobre deputado, V.Ex^a foi muito infeliz, assim como o deputado Bira Corôa, que ratifica as suas palavras.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fatos graves ocorreram ontem aqui, como a denúncia feita pelo deputado João Carlos Bacelar de que este Estado, além de estar se tornando um Estado policalesco, à moda do Estado brasileiro governado por Lula, o Estado do grampo, da “grampolândia”. E aqui na Bahia se faz a mesma coisa, com a instalação de equipamentos de grampo, diria, em quase todas as instituições. O Ministério Público disse que já tem, a Secretaria da Segurança também, e agora a Secretaria da Fazenda comprou um software chamado Guardião, que, embora tenha sido desenvolvido pela Polícia Federal, foi adquirido de uma empresa privada. Não sabemos como houve essa triangulação.

E ainda aparece essa denúncia do deputado João Carlos Bacelar em relação à Secretaria da Fazenda, cujo superintendente de Administração Tributária autorizou um auditor a fiscalizar e a autuar, numa perseguição, a *TV Bahia*. E está dito nessa autorização que, se não encontrassem nada, fiscalizassem as outras empresas do grupo!

Isso é uma verdadeira coação a empresários. Aliás, foi dito desta tribuna por

um deputado que os empresários baianos das grandes, médias, pequenas e microempresas são sonegadores. Ora, não se pode tachar empresários sérios, que estão gerando emprego e renda para o Estado, de sonegadores. Na verdade, são pessoas competentes e trabalhadoras.

E a Secretaria da Fazenda não tem o direito de coagir, através de auditoria encomendada, as empresas da Bahia. Já vivemos um Estado policaresco, do grampo, e agora a Sefaz vai coagir as empresas?! Qual o caminho que estamos tomando?

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Então pedimos que o governador oriente o Sr. Secretário da Fazenda para que não pratique esse tipo de crime. Esse procedimento é crime, sim, e terá de ser respondido à altura pelos empresários.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Isaac Cunha, numa permuta com o deputado que vos fala.

Peço que o deputado Álvaro Gomes substitua temporariamente o deputado Isaac Cunha aqui na Mesa.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, jovens senhoras da Taquigrafia, como vocês sabem, tenho origem nos Correios e, como tal, todo ano sou obrigado a fazer declaração de bens e apresentar à empresa, que fica com essa declaração. E isso principalmente depois que passei a ocupar um cargo de gerente, mas é comum todos os funcionários fazerem o mesmo.

Por isso, intrigou-me o fato de fazer essa declaração e não sabia mais para onde ir... Estamos vivendo um momento de corrupção no País. Outro dia a mídia anunciou que um funcionário do Congresso não havia declarado uma casa no valor de R\$ 5 milhões, propriedade incompatível com a sua renda. E as manchetes mostram constantemente atos de corrupção praticados ora por um policial, ora por um auditor fiscal, ora por um promotor ou por alguém que detém um cargo de relevância no governo, numa autarquia, em qualquer órgão público, é alvo da mídia falar desse envolvimento de corrupção por pessoas que aparentemente são idôneas, mas acabam se envolvendo com o malfazer do Erário.

Por esta razão, dei entrada a dois projetos nesta Casa: o 17.892 e o 17.893 que já está protocolado. O primeiro diz que o cidadão que passe a ocupar um cargo público relevante terá que fazer a sua declaração de bens para aquele órgão, no qual ele foi trabalhar, e uma cópia para o Tribunal de Contas. Essa declaração de bens é para que o estado e o órgão que ele vai ocupar tomem ciência de que entrou a partir daquela data, tendo aqueles bens. Nada mais justo do que a empresa ou o órgão que ele esteja ocupando saibam da sua declaração, mas que o estado também, o Tribunal de Contas saiba e monitore essa declaração.

O segundo projeto vem complementar o primeiro, ou seja, visa levar ao cidadão comum uma ferramenta com que possa fiscalizar ações daqueles que estão ocupando cargos públicos.

É claro que na casa daquele cidadão o que ele come, o que veste e o que bebe só a ele interessa, é de sua conta, mas quando em sua casa ele passa a utilizar de forma errônea o erário, aí, sim, é da conta de toda a sociedade. O segundo projeto visa justamente isso, fazer com que a ação fiscalizadora também passe a fazer parte da vida cotidiana de qualquer cidadão que se sinta lesado por aquele que ocupa um cargo e está fazendo mal uso do erário. Portanto, Srs. Deputados, Sr. Presidente, este projeto está protocolado nesta Casa, porque precisamos estar discutindo projetos que possam fazer com que esse ato corrosivo, que é um câncer na sociedade brasileira e no mundo como um todo, não venha mais ocorrer nos órgãos do Estado, na máquina pública.

É preciso consolidar este debate para que a gente possa inibir a ação daqueles que estão usando de forma errada, equivocada, o bem público.

São projetos que devem ser debatidos nesta Casa, que possam estar sendo discutidos amplamente por todos, não só pela Situação e Oposição, pois é de interesse público que projetos como esse sejam debatidos e discutidos, e assim possamos melhor colocar, fiscalizar e utilizar ferramentas, para que se possa inibir a ação daqueles que fazem mal uso do dinheiro público, a exemplo do desvio de verbas, etc.

Esse projeto, diga-se de passagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ISAAC CUNHA:- (...) esse projeto já tramita desde 2007, é lei na Câmara de Deputados, no Rio Grande do Sul. Em outros estados está acontecendo o mesmo, precisamos fazer isso acontecer no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente. Não há orador.

Horário das Representações Partidas.

Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria ou representante do PC do B para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, o nobre deputado João Carlos Bacelar fez aqui uma colocação, ontem, e insiste hoje em reafirmar uma suposta denúncia de que a Secretaria da Fazenda estaria perseguindo a *TV* e as demais empresas da *Rede Bahia*.

Primeiro, eu gostaria de solicitar ao nobre deputado João Carlos Bacelar, os documentos a que ele se refere para que possamos analisá-lo e esclarecermos esse fato.

Nós não podemos, em hipótese alguma, analisar o inexistente, nós só podemos analisar o existente, e até o momento essa documentação não existe, ou pelo menos

não chegou as minhas mãos, e eu gostaria de ter acesso a ela para poder, efetivamente, averiguar essa suposta denúncia do nobre deputado João Carlos Bacelar.

Conheço o secretário da Fazenda, sindicalista, nós tivemos militância juntos no movimento sindical e posso aqui afirmar, categoricamente, que, pelo que eu conheço do secretário, esse é um fato inexistente, porque jamais a Secretaria da Fazenda iria cometer um erro tão grave quanto esse, se fosse verdadeiro. Porque, na realidade, (...) ou talvez, também, o deputado João Carlos Bacelar esteja confundindo com outra situação, algo do passado. No passado é que existia esse mecanismo de perseguição às empresas, às pessoas, isso em todas as esferas, fosse no Judiciário, nas esferas controladas pelo Estado, mas isso é algo do passado.

No atual governo não. No atual governo é transparência, democracia, comprometimento com os princípios éticos, democráticos, e isso jamais aconteceria na Secretaria da Fazenda.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concedo o aparte ao deputado João Carlos Bacelar para que ele possa se expressar e explicar melhor essa situação.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Álvaro Gomes, eu nunca soube, de fato, precedente na história do Fisco baiano. Eu não era deputado na legislatura passada, V.Ex^a era. Se V.Ex^a teve conhecimento disso, caberia denunciar.

Agora, quero esclarecer que até o momento não tenho provas da interferência do governador nem do Sr. Secretário da Fazenda. As provas que tenho, mostram a interferência do auditor da Inspetoria e do superintendente de Administração Tributária. Mas do secretário da Fazenda e do governador não tenho provas de que eles participaram desse ato criminoso.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Pois é, nobre deputado João Carlos Bacelar, das denúncias feitas, solicito que V.Ex^a nos forneça os documentos para que possamos averiguar o que de fato aconteceu. Nós não podemos, em hipótese alguma, fazer uma interferência no inexistente. Nós só podemos interferir naquilo que existe.

Então, nós precisamos dessa documentação para que possamos averiguar, ver o que está acontecendo, se efetivamente houve essa perseguição por parte do auditor, se houve ou se está havendo essa perseguição às empresas da *TV Bahia*.

Chega alguém aqui faz uma denúncia, mas não mostra os documentos, faz uma denúncia, mas não mostra absolutamente nenhuma prova. Não podemos chegar aqui e ficar somente na palavra.

Agora, com relação à perseguição nos governos anteriores isso aí é público e notório. Eu, por exemplo, sofri vários processos movidos diretamente pelo ex-senador Antonio Carlos Magalhães na época em que denunciemos a corrupção no Baneb, comprovadamente. Sofri um processo, na época, inclusive fui condenado - ao invés do corrupto ser condenado, quem foi condenado foi quem denunciou a corrupção. E denunciemos a corrupção com provas concretas.

Então, essa questão da perseguição nos governos anteriores não é nenhuma novidade. Eu, por exemplo, fui uma das maiores vítimas, sofri vários inquéritos,

processos movidos pelo governo do Estado e alguns deles movidos diretamente pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

A entidade sindical Sindicato dos Bancários da Bahia, foi invadida, coisa inédita, uma estupidez. Foi invadido pelo governo do Estado, na época do Carnaval, o Bloco Pré-datado, inclusive, dirigentes sindicais foram detidos naquele momento. Eu, por sorte, não estava naquele exato momento, mas o objetivo era, também, me prender, porque eu era o presidente do Sindicato naquela época.

Portanto, essa questão de perseguição no passado não é novidade para ninguém, perseguição em todas as escalas, em todos os níveis. Isso é público e notório, foi denunciado, foram muitos os embates contra a perseguição nos governos anteriores e não há novidade nenhuma. Então, o que eu falei aqui é que sempre denunciei essas coisas sempre contestei.

Agora, não dá para chegar aqui e fazer uma denúncia vazia. Você fala, não mostra prova, não mostra nada e quando é solicitado, continua se recusando a mostrar os documentos. Eu quero os documentos aqui, agora, tragam os documentos para que eu possa ver e analisar. Cadê os documentos? Eu preciso dos documentos para analisar, averiguar, tragam os documentos aqui, porque o que acontecer de errado naturalmente vai ter que ser investigado.

(O Sr. João Carlos Bacelar entrega um documento nas mãos do deputado Álvaro Gomes.)

O deputado trouxe aqui uma folha de papel que eu vou analisar o que é que tem escrito nela, é uma xerox que eu vou averiguar o que contém, vou verificar se ela é verdadeira. Claro, vocês trazem um pedaço de papel, uma xérox! Eu quero ver é o documento original, o documento autenticado, o documento verdadeiro. É uma xérox que não quer dizer absolutamente nada, uma xérox que não tem nenhuma identificação, assinada por um inspetor, vamos analisar e ver se esta xérox tem consistência, se é verdadeira, se é falsa.

Toda denúncia, se realmente tiver consistência, será apurada. O governo do Estado tem dado demonstração da sua atitude de punir os responsáveis por irregularidades, e toda a Bahia tem conhecimento disso, toda a Bahia.

Eu não posso ficar com a xérox, não? Tire outra xerox então, pelo menos, porque como é que eu vou ficar? Não deu nem tempo de ler.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Não deu tempo nem de ler. Depois tire uma xérox e passe para mim, porque aí não dá para...

Bom, então era isso que eu gostaria de falar inicialmente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Gilberto Brito. V.Ex^a, deputado, terá 10 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Meu prezado presidente deputado Roberto Carlos, vou tentar trazer um assunto diverso do que tem sido tratado nesta tarde sem querer com isso dizer que o tema que irei abordar é mais proveitoso ou não do que os outros. Tratarei de um tema da área da educação.

(Lê) *“Construída em área de 1.400m² doada a prefeitura como compensação ambiental, a Escola Ambiental de Mogi das Cruzes trabalha há três anos com a formação de professores da rede municipal e com o incentivo à iniciação científica de alunos de creche e de 1^a a 4^a série da rede municipal e das escolas subvencionadas pela prefeitura. A proposta não é de fazer ambientalismo na educação, mas fazer educação ambiental.*

Entre os projetos desenvolvidos, tem o Refloreste Vida, iniciado em 2007 com 32 alunos portadores de necessidades especiais, que plantaram 400 mudas. Em 2008 atendeu a 2.224 alunos de 13 escolas, plantando 5 mil mudas. Em 2009, trabalhará com 8.160 alunos de 28 escolas, com previsão de plantio de 10 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, doadas pelo Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo.

O primeiro projeto desenvolvido pela Escola Ambiental foi o Mata Ciliar e Cidadania, que levou alunos e professores, e posteriormente os pais dos alunos, a recuperarem a área do Rio Tietê, conhecida como Volta Fria, no distrito de Jubiapêba. Era um lixão a céu aberto e de lá foram retirados 20 caminhões de lixo e plantadas 400 mudas nativas da Mata Atlântica.

A estrutura da Escola Ambiental é simples, mas robusta e tem atendido ao propósito do fomento da iniciação científica e formação dos professores na educação ambiental.

A metodologia do trabalho é simples. Todos os que integram a Escola são da rede municipal e trabalhavam, antes, com Educação Infantil. Hoje tem pós graduação e mestrado na área, inclusive na área de biotecnologia, tema muito abordado nos cursos dados aos professores. Os professores e alunos das 98 escolas municipais participam em sistema de rodízio. Recebem aula teórica e prática. A teoria e a prática de laboratório é realizada na própria Escola Ambiental. Os professores também promovem palestras nas escolas, abrangendo o trabalho para os pais dos alunos, como o que vem sendo desenvolvido para alertar sobre o uso racional da água e da energia. Em média, cada grupo passa por treinamento pelo menos três vezes no ano. Por turno são trabalhadas 70 pessoas. Em alguns treinamentos os professores participam junto com os alunos, como no treinamento sensorial, onde uma mata é simulada no laboratório, com todos os seus sons e cheiros simulados em um ambiente escuro.

A Escola Ambiental de Mogi das Cruzes também faz parcerias com a Universidade de São Paulo - Leste, com a Suzano Celulose e outras prefeituras.”

Esta notícia que trago, Sr. Presidente, a respeito do tema é fruto de uma pesquisa que fizemos, deputado Isaac Cunha, sobre questões ambientais. Nela

descobrimos há alguns dias a existência da Escola Ambiental no município de Mogi das Cruzes, interior de São Paulo. Essa escola tem, minha querida deputada Eliana Boaventura, a finalidade precípua não de formar profissionais na área ambiental, mas sim propiciar que professores e alunos por ela passem periodicamente e assim sejam conscientizados e orientados de forma mais ampla na questão da preservação ambiental.

Preocupado com isso, nesta semana, precisamente ontem, solicitei de uma colaboradora do nosso gabinete, a jornalista Vanda Amorim, que fosse a Mogi das Cruzes, onde conheceu de perto toda a realidade e trouxe cópia da lei municipal que criou lá a Escola Ambiental. Espero desse modo levar essa experiência aos municípios com os quais tenho relações políticas no desenvolvimento do meu mandato. E se, porventura, algum outro colega tiver interesse em semear essa coisa tão própria e tão frutífera para o bem da natureza e da sociedade, estaremos inteiramente ao dispor.

Sei que temas desse tipo não tocam, não sensibilizam e praticamente nada dizem à Casa, que cultiva outros tipos de experiência e temas, sempre os mais apimentados, o que talvez fuja da característica de muitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PMN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Clóvis Ferraz. E pelos outros 5, o deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz durante 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o deputado Álvaro Gomes, Vice-Líder do governo, hoje como Líder porque o deputado Waldenor não está, foi colocado aqui, ficou provocando o deputado João Carlos Bacelar para apresentar as denúncias. Este veio à tribuna, apresentou a denúncia e entregou o papel na mão dele. Então, deputado Álvaro Gomes, esperamos que tome as providências porque V.Ex^a vai estar na rede.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós recebemos o vereador de Vitória da Conquista Álvaro Piton e também de alguns prefeitos do Sudoeste um apelo e uma denúncia, ao mesmo tempo, para que o governador Jaques Wagner autorize a recuperação da Vitória da Conquista/Brumado, a BA-262, uma estrada importantíssima. Ela está no programa Premar, foi prometida desde o início do governo mas hoje está praticamente intransitável, embora seja uma importante rodovia daquela região. Além de chegar a Vitória da Conquista, vai a Brumado, Caetitê e Guanambi. Depois vai para Livramento, outro ramal, e Paramirim, terra do nosso amigo deputado Gilberto Brito. É uma estrada que merece mais atenção do governo do Estado, pois aquele eixo rodoviário é importantíssimo para a região Sudoeste, para a ligação desses municípios com Vitória da Conquista, centro

regional, a capital regional do Sudoeste, onde temos as indústrias, o comércio e o polo acadêmico. Todos esses municípios convergem para Vitória da Conquista, mas, infelizmente, a estrada está praticamente intransitável.

Esperamos que o governador Jaques Wagner realize logo a recuperação desse trecho de estrada, porque a situação é grave. Como o governador lançou, esta semana, novamente, porque já tinha sido lançado antes, o Premar, dizendo que vai começar o programa de recuperação de mais de 500 quilômetros de estradas, ficamos esperançosos. Não queremos que o governo dê errado, não, queremos que ele trabalhe, porque assim estará atendendo o povo. Entretanto, não é isso que tem ocorrido, deputado Heraldo Rocha.

Vejam que o projeto Premar foi enviado a esta Casa pelo ex-governador Paulo Souto e nós o aprovamos nesta Casa quando ainda éramos governo, cujo contrato foi assinado com o Banco Mundial, em Washington, pelo governador Paulo Souto. O governador Jaques Wagner, quando assumiu o governo, enviou novamente esse programa para cá, nós o aprovamos e o governador foi a Washington novamente, onde ele foi reassinado. Aliás, o governador gosta muito de inaugurar obras iniciadas por Paulo Souto e praticamente concluídas. Esperamos que o governador dê continuação a outros programas tão importantes como o Premar.

Como o governador relançou esse programa agora, depois de mais de dois anos de iniciado o governo, esperamos que todas as estradas entrem nele. Além da de Brumado, que é importantíssima, há diversas outras rodovias na região Sudoeste do Estado. Até fizemos uma indicação para que o governador autorize a Secretaria da Infraestrutura a iniciar a recuperação das estradas, o que é importantíssimo. Tanto é assim que os vereadores de Vitória da Conquista se preocupam. Por exemplo, Álvaro Piton, vereador combativo, que realmente pensa em Vitória da Conquista, está preocupado, porque a economia da cidade está sendo afetada em razão das dificuldades de tráfego na BA-62, importante artéria, rodovia que liga Vitória da Conquista a Brumado, Livramento, Caetité, Guanambi, enfim, a todos aqueles municípios da Serra Geral de Vitória da Conquista.

Então temos a esperança de que, agora, o governador Jaques Wagner vai realmente iniciar, pôr em prática que já deveria ter sido implantado há mais dois anos, quando ele iniciou o governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, mais uma vez repito a preocupação que estamos tendo com a denúncia formulada pelo nosso deputado João Carlos Bacelar a respeito dessa grave situação na Secretaria da Fazenda do Estado.

Reafirmo, o que já disse, sem medo de errar, que a nossa Secretaria da Fazenda era uma ilha de excelência, com técnicos competentes, mas este governo, com a

aprovação, ontem, aquele projeto ilegal, inconstitucional, partidarizando essa secretaria, ainda vem, de acordo com denúncia formulada e documentada pelo deputado João Carlos Bacelar, perseguindo as grandes empresas da Bahia.

Há pouco fui consultado por um jornalista a respeito de uma entrevista dada pelo Exmº Sr. Governador do Estado a respeito do seu governo, intitulada “*Wagner, política e gestão*”, dada ao jornalista Samuel Celestino.

Interessante é que num tópico da entrevista o governador diz assim: (lê) “*Vamos entregar uma máquina muito melhor*”. O governador já está assumindo que vai perder o governo. Olha como ele diz: “*Vamos entregar uma máquina muito melhor do ponto de vista da licitações*”. Ora, ele diz que vai entregar o Estado, e ele diz das licitações. Ora, quem não sabe do levantamento que foi feito pela Minoria a respeito do número de projetos executados sem licitação, haja vista o exemplo de Pituaçu, é o retrato mais claro e cristalino da Administração. E se não bastasse, o governador diz assim: “*Posso lhe garantir que vamos entregar um Estado muito mais moderno*”. Quer dizer, o governador do Estado já jogou a toalha sobre a reeleição.

O nosso ex-governador Paulo Souto, está em Washington a convite do Instituto Liberdade e Cidadania, com vários prefeitos da Bahia e do Brasil. Paulo Souto respondeu à entrevista de Wagner diretamente de Washington, onde participa de encontro de prefeitos brasileiros e americanos. O ex-governador Paulo Souto enviou ao *Bahia Notícias* uma resposta ao governador Jaques Wagner, que na entrevista desta semana do *site* critica duramente o antigo PFL carlista.

É uma dor que esse pessoal tem do nosso querido e inesquecível líder ACM, Antonio Carlos. É uma dor, eles têm uma mágoa que não tem jeito. ACM, como eu tenho no meu carro, ai que saudade.

Paulo Souto listou uma série de investimentos feitos pelo grupo político anterior à administração petista, como o Polo Petroquímico e o programa de recuperação de estradas financiado pelo BID, afirmando que esses são alguns dos responsáveis pelo tamanho do PIB baiano, que é o dobro do pernambucano.

De acordo com o ex-governador Paulo Souto, a falta de trabalho do governo Wagner faz com que essa diferença caia, que a Bahia cresça abaixo da média nacional e perca empregos proporcionalmente.

O governador, infelizmente, mostrou um grande desconhecimento sobre a história da Bahia, neste caso até desculpável pela sua falta de raízes em nosso Estado.

O que vimos foi um desfile de dados incorretos ou inflados sobre a atual administração, isso porque, mesmo com dois anos e três meses de governo, ele continua preferindo criticar as administrações anteriores a trabalhar de fato. O governador precisa descer do palanque.

Não temos educação. Vou fazer um desafio aqui desta tribuna. Quantas salas de aula foram construídas neste governo em Itapetinga? Quantas salas de aula foram construídas em Macarani? Quantas salas de aula foram construídas em Itororó? Quantas salas de aula foram construídas em Valença? Nenhuma. Quantas viaturas foram adquiridas por esse governo?

Então, na verdade, o governador vive de uma propaganda enganosa, ou, talvez, aqueles que o assessoram, que ficam ao seu lado, o estão enganando, dizendo: “Estamos construindo a Bahia de todos nós”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, não só para que V.Ex^a, que preside a sessão nesta tarde de hoje, mas para que a Casa também tome conhecimento, conforme havíamos informado ontem, e acatando a determinação do Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, informo que já nesta tarde nos reunimos com um advogado que vai cuidar do que ocorreu na sessão de ontem, uma sessão extremamente tumultuada em que se rasgou, jogou fora, praticamente, o Regimento Interno. Ele foi totalmente desrespeitado nesta Casa apesar de todos os alertas que eu havia feito sobre a inconstitucionalidade do projeto, mostrando as contradições do governo do Estado, que no Tribunal de Justiça da Bahia, através de seus procuradores, tem uma posição, dizendo que é inconstitucional o projeto, e aqui, na Casa, impôs à Assembleia Legislativa que votasse um projeto inconstitucional.

Informo que já estamos tomando todas as medidas jurídicas necessárias. O advogado já foi contratado e deverá entrar com ação na Justiça para que esse projeto não seja sancionado pelo governador do Estado da Bahia, por sua inconstitucionalidade e também pelas falhas regimentais que fizeram com que esse projeto fosse aprovado na madrugada desta manhã, Dia da Mentira, 1º de abril.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Está registrada a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, a deputada Ângela Sousa falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a nobre deputada Ângela Sousa, pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Sr. Presidente, Mesa Diretora, deputados aqui presentes nesta tarde, *TV Assembleia*, povo de Ilhéus que nos está ouvindo, venho mais uma vez à tribuna para falar sobre a minha cidade, reivindicar e dizer das necessidades que temos. Nesses dias, a preocupação do povo ilheense é com relação à saúde, uma situação que nos tem preocupado. Mas também quero parabenizar o secretário Solla, porque tem feito, com muita luta, um trabalho diferenciado, buscando resolver, com as ações, as necessidades tão sérias.

Em Ilhéus, temos travado uma luta com relação à saúde. Conquistamos o tomógrafo há alguns meses, mas ainda não foi instalado. E a preocupação tem sido muito grande, não só minha, como parlamentar e representante do município, como também do povo de Ilhéus. Além de que o Hospital Regional Luiz Viana Filho atende

a uma comunidade carente, necessitada não apenas do Município de Ilhéus, mas da região.

Gostaria, nesta tarde, de obter uma agilidade maior na resposta sobre a colocação do tomógrafo, porque ele já está na cidade, no hospital. Hoje estive na Secretaria da Saúde e conversei com os técnicos. Sabemos que, infelizmente, pela condição em que se encontra o hospital, pois foi deixado tanto tempo sem uma recuperação, sem uma reforma, sem passar por reforma alguma, e essa reforma tem sido feita agora, no governo do nosso querido Jaques Wagner, que tem lutado, tem feito essa reforma agora, têm acontecido algumas reformas no hospital, e nós estamos com dificuldade na implantação do tomógrafo, já com a aparelhagem lá, mas necessitando de reforma no hospital, e nós sabemos que está já encaminhada, já está se buscando essa reforma, tendo os recursos para podermos fazê-la, mas infelizmente existe uma burocracia muito grande, existe uma luta grande. Passa de uma licitação para um outro órgão, e isso tem dificultado as respostas que nós temos a essa necessidade tão grande para que se chegue à ponta, porque é o povo que precisa, é o pequeno que necessita, e tudo que nós temos de sonhos é ver chegar à ponta para que o nosso povo seja assistido.

Por isso, nesta manhã, estivemos na Secretaria da Saúde reivindicando esse benefício, o tomógrafo já se encontra lá, é um equipamento de mais de 800 mil e, agora, nós fomos informados de que já está sendo trabalhada a recuperação do local. Imaginem, pasmem, a parte elétrica do hospital está toda com problema e sendo agora recuperada, coisa que poderia ter sido feita já há bastante tempo, vários governos antes e não foi. Agora, está se tentando fazer todas as coisas que foram deixadas tanto tempo atrás sem uma resposta e, em pouco tempo, é difícil se responder a tanta coisa num Estado tão grande que nós temos, que é a Bahia.

Mas o importante é sabermos que já está acontecendo. Amanhã, inclusive, o secretário Solla estará presente em Ilhéus, respondendo também a esse questionamento da nossa comunidade. A deputada tem lutado para conquistar, para responder aos anseios do povo, e é importante saber, e deixo isso aqui bem claro, até com essa situação de a parte elétrica estar com tanta dificuldade não se pode implantar um aparelho tão caro, um aparelho que precisa também estar bem localizado, bem arrumado, não pode se colocar para ser queimado, porque já está lá a parte elétrica toda em dificuldade.

Então, o que eu quero dizer e pedir também é agilidade para que essas coisas aconteçam mais rapidamente, porque o nosso povo anda ansioso, anda precisando, precisa do socorro nosso, e o meu apelo, nesta hora, sabendo que já estão tomadas as providências, é que haja, por parte de quem é de direito, uma resposta mais ágil, porque já temos o tomógrafo, que é realmente um aparelho caro e que é necessário para se responder às carências dos enfermos, que ali estão e precisam ser assistidos, para que haja mais agilidade do órgão competente, do órgão responsável, para que possamos ver, o mais rápido possível, implantado o aparelho de tomografia no nosso município de Ilhéus, no Hospital Regional Luís Viana Filho.

Há outra situação que nós estamos observando e precisando de respostas que é

o DPT. São dois anos de luta, sei de todas as dificuldades, inclusive, foi mostrado que há a burocracia ao responder a tudo que nós precisamos, mas há dois anos estamos lutando, e quero dizer ao nosso povo que estamos vendo as coisas caminhando. Inclusive, já foi entregue pela Sucab, o órgão que fez a projeto elétrico já foi respondido, já está lá, então, já está em fase de licitação e quero pedir à Secretaria da Segurança Pública que também dê uma agilidade maior, dentro do que for possível, de sua responsabilidade, responder a essa necessidade tão gritante, porque Ilhéus não responde apenas a um município, são mais de 10 municípios, estamos, infelizmente, sendo atendidos por Itabuna, que também está precisando de socorro. Venho aqui, nesta hora, na tribuna, para reivindicar, como também para pedir a sensibilidade do nosso Governador, o qual tem sido sensível às necessidades, para que peça maior agilidade aos órgãos competentes e à Secretaria responsável.

Muito obrigada. Deus abençoe a todos. Esta é a minha fala.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Quero registrar a presença nas Galerias Paulo Jackson, do vereador Zé Curuca, da cidade de Feira de Santana, correligionário do deputado Eliedson Ferreira.

Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (pausa) Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo. (pausa) Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo, ou da maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB, PTdoB, PSL, PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PDT, PSC, PRP para falar no tempo do Bloco PSDB, PTdoB, PSL, PTB deputado Euclides Fernandes.

O SR. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna acima de tudo para lamentar a falta de agilidade da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Fiquei realmente decepcionado, Sr. Presidente.

Recebi uma correspondência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, recentemente, tratando de uma indicação que fizemos no ano de 2007 solicitando providências para conclusão do serviço de abastecimento do município de Itamari. O resultado, Sr. Presidente, foi que a Mesa Diretora somente agora aprovou a indicação e encaminhou para a Embasa, a qual respondeu que a obra já havia sido concluída.

Sr. Presidente, nobre deputado Roberto Carlos, isso é decepcionante e desmoraliza o deputado autor da indicação.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O SR. EUCLIDES FERNANDES:- Concedo o parte ao nobre deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Euclides, agradeço o aparte a V.Ex^a e talvez eu tenha uma justificativa para tal fato. A Casa debate muitos prolemas e projetos, de segunda a quinta-feira, talvez até devêssemos prorrogar para sexta, sábado e domingo diante do volume de debates, de temas e projetos existentes, e em virtude disso a Assembleia, tão assoberbada de projetos, pode não ter tido tempo de encaminhar. Esta certamente é a justificativa para o atraso da correspondência de V.Ex^a.

Quero aproveitar o ensejo, já que estou aqui há um mandato antecipado de V.Ex^a, em que pese estar aqui há mais tempo jamais serei dotado da capacidade que lhe é peculiar, para dizer que todas as vezes que faço uma indicação e protocolo na Secretaria da Mesa, também encaminho a indicação diretamente a quem desejo postular o intento. Muito obrigado.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Agradeço o aparte de V.Ex^a. Sr. Presidente, deputado Roberto Carlos, nobre deputado Gilberto Brito, quando a indicação é aprovada e encaminhada pela instituição Assembleia Legislativa ela tem um peso maior do que isoladamente encaminhada pelo deputado.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- V.Ex^a quer me apartear novamente?

O Sr. Gilberto Brito:- Sim.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-Concedo o aparte.

O Sr. Gilberto Brito:- Talvez o peso maior deve-se ao acúmulo de assinaturas no papel.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Não, Excelência, quando a solicitação é feita por um órgão como o Poder Legislativo, é óbvio que há mais força.

Mas, Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais desta Casa a minha reprovação à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que não faz a sua obrigação de analisar, discutir, aprovar e encaminhar aos órgãos competentes, o mais rapidamente possível, as indicações dos Srs. Deputados.

Apresentei essa indicação no primeiro semestre de 2007, e só agora, em 2009, a Mesa Diretora tomou a providência de enviá-la à Embasa solicitando a providência. E essa empresa respondeu que a obra já havia sido feita. A situação é realmente desgastante!

Mas, Sr. Presidente, quero também deixar a nossa crítica à Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, colegiado que integro. É preciso entender, Sr. Presidente, que o principal papel do Poder Legislativo é elaborar leis, é normatizar a sociedade baiana com leis oriundas do Poder Executivo – muitas delas privativas dele – ou de autoria dos Srs. Deputados estaduais. Só que essas, infelizmente, não andam na CCJ.

O que existe de projetos de deputados estaduais que não andam porque o Sr. Presidente dessa comissão não designa relatores! Esse ato é indispensável para que o projeto possa ser discutido e, se aprovado, encaminhado a outra comissão temática. Então, parece que há uma amarração, parece que os dirigentes desta Casa não querem que os deputados façam o seu papel constitucional, que é o de legislar. É preciso colocar os projetos em pauta e discuti-los. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça

analisar, no seu papel regimental, se o projeto pode continuar tramitando ou se é inconstitucional, devendo ser arquivado.

Sr. Presidente, registro o meu protesto e a minha crítica porque as coisas não estão andando corretamente. Somos uma Casa para produzir leis e disciplinar fatos sociais, políticos e econômicos da sociedade baiana, entretanto há uma trava nesta Casa de Leis. E esse fato não é de agora. Parece que avançou um pouco, mas ainda deixa muito a desejar. Digo de forma bem clara ao presidente da CCJ, que está aqui no Plenário, que é preciso mudar esse procedimento, e assim o deputado possa exercer o que lhe é dado pela Constituição, que é o direito de ver os seus projetos tramitando nesta Casa de Leis.

Agradeço ao nobre presidente desta Casa a compreensão – o nobre deputado Paulo Alves estava impaciente - por permitir que concluísse o meu pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Apenas gostaria de esclarecer ao deputado Euclides Fernandes a tramitação de proposições nesta Casa Legislativa.

Deputado, V. Ex^a tem um pouco de razão, mas, veja bem: quando V. Ex^a encaminha à Mesa Diretora sua proposição, “matematicamente” ela encaminha a um relator, que deverá, o mais rápido possível, dar o retorno, fazer o relato dele para que a Mesa possa aprová-la ou não. Já houve casos de proposições que já demoraram muito tempo, mas agora, posso garantir a V. Ex^a, como Primeiro-Secretário da Casa, que estou solicitando aos prepostos da Secretaria e da Mesa Diretora agilizarem... e assim a gente dar um retorno o mais rápido possível.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco da Maioria ou do Bloco Parlamentar PP/ PMN/PRP para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Fernando Torres e, pelo tempo de quatro minutos, o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Fernando Torres.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, amigo deputado Roberto Carlos, Srs. Deputados, deputado Zé Neto, vejo aqui os vereadores pela nossa terra, a nossa querida Feira de Santana, Aílton Mô e Zé Curuca, que estão aqui nos dando a honra de participar da nossa sessão. Esses vereadores, pelos quais ninguém dava nada, puseram para trás muita força, muita gente sabida, como está dizendo o deputado por Feira de Santana Zé Neto. Parabéns a vocês, e sintam-se como se estivessem na Câmara Municipal de Feira de Santana.

Srs. Deputados, venho aqui falar sobre o prefeito Tarcísio Pimenta, que, na primeira crise do seu governo, envolvendo a secretária Anaci Paim, agiu com muita firmeza e tranquilidade, porque sabemos que não existem provas com relação às acusações de nepotismo contra a secretária da Educação de Feira de Santana e ex-secretária de Educação do Estado da Bahia, que era uma pessoa séria, pessoa honesta e honrava muito a administração do prefeito Tarcísio Pimenta.

O Sr. Gilberto Brito:- V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. FERNANDO TORRES:- Excelência, vou conceder-lhe o aparte, mas, como tenho pouco tempo, espero que V. Ex seja rápido.

Com o aparte o deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Fernando Torres, quero aproveitar o ensejo, quando V. Ex^a cita o nome da professora Anaci Paim, e, neste momento, de público, externar a minha solidariedade e o meu apreço, a minha estima e admiração à professora Anaci Paim, que, quando esteve à frente da Secretaria da Educação do Estado, fez um trabalho exemplar, de uma forma decente, amiga, equilibrada, sensata e ponderada.

É esse o meu registro.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sabemos da competência da ex-secretária Anaci Bispo Paim e sabemos também, assim como o deputado Zé, que somos deputados por Feira de Santana, da grande perseguição que foi movida contra nós quando nos lançamos candidato a deputado.

Tentaram perseguir de todas as formas a secretária Anaci Paim e o seu filho, mas o prefeito Tarcísio Pimenta, com muita firmeza e tranquilidade, exonerou a secretária e nomeou para o lugar dela, Eliedson, você que também é deputado por Feira de Santana, o ex-prefeito José Raimundo de Azevedo, um dos melhores nomes para o momento.

Realmente, é uma pessoa sobre cuja conduta nada se tem a falar. Foi duas vezes prefeito de Feira de Santana, secretário de Educação do referido município e nada há em seu currículo que desabone a sua conduta.

O prefeito Tarcísio está de parabéns pela excelente escolha do secretário José Raimundo de Azevedo. Eu o parabenizo por esta escolha e tenho certeza de que a administração de Tarcísio vai continuar da mesma forma que foi a administração do ex-prefeito José Ronaldo de Carvalho, vereador Ailton Moura; eu sei que o prefeito José Ronaldo foi o melhor de sua época e do interior da Bahia; ele pegou Feira de Santana arrasada, precisando melhorar todos os segmentos: educação, saúde, segurança pública municipal, que tem a guarda municipal de Feira de Santana. Precisa melhorar tudo e melhorou. Realmente, o povo de Feira reconhece.

Eu já fui adversário político de José Ronaldo, Zé Neto sabe muito bem, e bato palmas para ele pelo fato de que o mesmo foi o melhor prefeito que já passou por Feira de Santana, e tenho certeza de que Tarcísio vai continuar o seu trabalho da mesma forma. Ele já mostrou quando da primeira crise econômica...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, Sr. Deputado.

(...) ele agiu com firmeza, tirou uma secretária que é competente, mas estava sendo perseguida, e colocou um secretário que em nada desabona a sua conduta e que foi prefeito de Feira de Santana por 2 vezes. Esta foi a melhor escolha para a Secretaria de Educação deste município.

Parabéns Tarcísio pela sua excelente escolha. Eu queria registrar isto aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo cedido.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

Antes deputado eu gostaria de solicitar a presença do deputado Aderbal para substituir o deputado Isaac que precisa urgentemente sair.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):-Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Deputados presentes, acalmados os ânimos é momento de refletir e aprender com a história e com os movimentos desta Casa. A democracia está no Estado fincada, desta feita em definitivo. Projetos que foram discutidos durante o percurso dos últimos dois anos. Ontem, mais um desses projetos pode ser trazido a esta Casa, evidentemente que discussões acerca do regimento são compatíveis com a inteligência de alguns e até com a criatividade. Mas, coisas devem ser pontuadas. Aqui nesta Casa não há nenhum tolo. Se fosse besta, como dizia Ulisses Guimarães, não se elegia.

Estou vendo Puruca, Railton, meu amigo Mocotó, Sandro. Besta não se elege: nem para vereador, e nem para síndico de prédio.

Quando se coloca um nome para uma eleição é porque alguma sabedoria existe, no bom sentido, mas às vezes, infelizmente, no mau sentido também.

É preciso pontuar que algumas ocorrências não podem passar em branco. Ontem, nós vimos aqui o exercício da democracia e da manifestação. Mas, os auditores que ontem, representados pelo IAF, não tiveram, talvez, a dose correta do que seria poder participar do processo democrático e até se manifestar, não ultrapassando os limites do respeito pessoal e do respeito que esta Casa merece ter. Até porque fui oposição, presidente da Casa Gaban, presidente da Casa deputado Clóvis Ferraz? Muitas, mas havia respeito no limite da instituição. Porque, deputado Fernando Torres, antes de sermos adversários nesta Casa, eu não me lembro de algum correligionário meu, de alguma entidade ligada ao meu mandato, ao mandato do PT ou ao mandatos dos deputados que faziam a Oposição terem agredido os deputados com palavras de baixo calão, inclusive em coro.

A Polícia não agiu. Tentou acalmar as Galerias, mas alguns deputados seguraram a porta, numa atitude, talvez, de proteção aos interesses políticos do momento. Mas faço a avaliação que, nesta Casa, temos, sim, que ter responsabilidade com o limite das coisas.

O governo Wagner vai mostrando à Bahia que democracia tem um preço: o preço de ouvir, de debater, de vencer ou ser derrotado. Mas, acima de tudo, o preço que esta Casa ontem pagou deixou claro que a Maioria venceu o debate, que a Maioria fez o que é melhor para a Bahia.

E eu não podia deixar de pontuar a atuação equilibrada do deputado Marcelo Nilo, porque, naquele momento de calor, deputado Fernando Torres, eu não sei qual de nós teria a frieza que ele teve para não criar um fato que pudesse virar um factóide, ou que pudesse criar uma situação grave para esta Casa.

Que nós tenhamos aprendido, deputado Fernando Torres,...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, excelência.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, Sr. Presidente

(...) com a nossa história, especialmente a de ontem.

Parabéns ao Sindsefaz pela postura ordeira, tranquila, pelo debate que soube conduzir e pelo debate da história, pois ontem, nesta Casa, um tento foi marcado para a modernização do Estado, para a evolução do nosso povo e para que esta garantia maior do Estado de Direito seja preservada na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarão os deputados Roberto Carlos e Professor Valdeci, por 4 minutos e meio cada.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, pelo tempo de 4 minutos e meio, o deputado Roberto Carlos, pela primeira vez nesta Casa.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, imprensa, quando acordo todas as manhãs eu me lembro de quando era criança, e me lembro das dificuldades que tive para vencer na vida.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, só 1 minuto, para fazer uma alteração. O deputado Roberto Carlos falará por 6 minutos, e eu falarei por 3 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 6 minutos, o deputado Roberto Carlos; e por 3 minutos, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Como disse, Sr. Presidente, todas as manhãs, quando acordo, lembro-me de quando era criança, das dificuldades que tive na Cidade de Uauá e depois em Juazeiro, vendendo confecções e calçados em barracas. E me pergunto, muitas vezes, por que consegui vencer na vida, ser vereador por dois mandatos em Juazeiro, ser deputado pelo segundo mandato sem ter apadrinhamento político, sem ter herança financeira, sem ter herança política? E me vem a concepção de que Deus sempre está a me proteger. E que, devido à minha persistência, à minha luta, minha garra, minha determinação para vencer Deus permitiu que chegasse até aqui.

Digo isso para retratar, Sr. Presidente, que na segunda-feira passada a secretária da Justiça da Bahia, Dr^a Marília Muricy, inaugurou um minipresídio na cidade de Juazeiro. E muitos que estavam no evento ficaram felizes. Muitas foram as palavras elogiosas à secretária. E, aqui, eu quero externar, também, a minha alegria porque a secretária está atuando de maneira humana na Secretaria da Justiça.

E naquele momento eu usei da palavra e disse o seguinte: não estou feliz por inaugurar um minipresídio. Estaria muito mais feliz se ali estivesse inaugurando uma escola, um campo de futebol para que as crianças tenham oportunidades que não tiveram. Já eu tive uma oportunidade de vencer na vida. Então teria muito mais

felicidade, Sr. Presidente, se lá estivéssemos inaugurando uma indústria, alguma empresa para gerar emprego e renda. E são muitos os jovens transgressores da lei que lamentavelmente não têm uma oportunidade, muitas vezes entrando no mundo do crime porque não a tiveram dos governos municipal, estadual e federal.

É aí que quero chegar dizendo que a sociedade clama por uma oportunidade, deputado Gilberto Brito. Foi com a sua colaboração que nós apresentamos aqui na Assembleia Legislativa um projeto de lei que dá oportunidade aos jovens e mais segurança ao público da Bahia, que disso precisa urgentemente. Ele foi aprovado por unanimidade nesta Casa. Tira policiais de dentro dos quartéis policiais colocando jovens de 18 a 24 anos que não tiveram oportunidade de emprego mas a terão agora no governo Jaques Wagner. Na Secretaria da Segurança Pública já se formou a primeira turma, que já está trabalhando. E agora teremos mais segurança pública nas ruas. Policiais que estavam em desvio de função dentro dos quartéis agora estão nas ruas trabalhando, prestando segurança pública ao povo baiano. Em contrapartida temos a contratação de jovens de 18 a 24 anos fazendo os mesmos serviços burocráticos que esses agentes faziam.

Gostaria de parabenizar a secretária da Justiça, Dr^a Marília Muricy, que vem fazendo um trabalho excepcional na secretaria com a sua inteligência, o seu dinamismo e o seu coração humano, tratando com mais dignidade aqueles que transgridem a lei e tentando resgatá-los para o convívio na sociedade.

Assim foi inaugurado o presídio em Juazeiro, a unidade que será usada para alojar presidiárias. É composta de 6 salas, cada uma com 8 camas, disponibilizando apenas 48 vagas prisionais femininas com estrutura pré-moldada toda em concreto de última geração, sem uso de ferros, feita em fibra de vidro e isopor para evitar calor, umidade e fungos. O minipresídio vem para oferecer comodidade e segurança, já que tem telas, grades e concreto que não permite perfuração.

Quero permitir ao deputado Gilberto Brito uma pequena intervenção no meu pronunciamento.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Roberto Carlos, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela colocação inicial sobre a sua origem, da qual todos nós sabemos. Não tem pai, não tem avô, não tem dinheiro, não tem tutor. É um garimpador da vida pública - da vida!

Gostaria de aproveitar o ensejo para dizer de uma matéria que li recentemente do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, acerca de um presídio terceirizado em Santa Catarina feito no sistema de parceria público-privada. Lá todos os presos trabalham e recebem. Parte do que recebem é destinado à própria administração. No dia em que fizermos isso, sem dúvida haverá uma redução substancial de custos e também nos trará maior segurança, tranquilidade e irá propiciar que esses jovens não venham enveredar para o caminho do crime.

Parabéns, cumprimentos e felicidades.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Obrigado, deputado Gilberto Brito, incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Deputado Fernando Torres, finalizando, grande liderança de Feira de Santana

que aqui apresentou o secretário da Educação de lá. E quero, por questão de justiça que sempre primei, dizer que me solidarizo também com a ex-secretária Anaci Paim pelos serviços prestados à Educação na Bahia. Quando eu era deputado de Oposição, sempre ia à Secretaria e era bem atendido. Sei da presteza, da estima que todos os deputados aqui têm pela ex-secretária Anaci Paim. Fica aqui o nosso registro.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre presidente Fernando Torres, volto novamente aqui a solicitar do nobre deputado João Carlos Bacelar que deixe em minhas mãos a cópia que ele havia me passado recentemente, porque que não tive tempo de ler a xerox sobre a denúncia que ele faz de que está havendo perseguição às empresas da *TV Bahia* por parte da Secretaria da Fazenda.

Portanto gostaria de ter pelo menos a cópia. Não considero uma xerox como documento, mas de qualquer maneira é importante que a gente leia a cópia, veja a origem, o conteúdo, o que está escrito nela, para que a gente possa tomar providências, porque, por enquanto, não recebemos sequer a cópia da denúncia, imagine o documento original. Então se não recebemos sequer a cópia desse documento, não podemos apurar algo que não existe, não podemos apurar o inexistente, e a denúncia termina ficando uma denúncia vazia, sem sentido.

Por isso faço um apelo ao nobre deputado João Carlos Bacelar que passe as minhas mãos a cópia da suposta denúncia que ele fez aqui de que está havendo perseguição por parte da Secretaria da Fazenda às empresas da *TV Bahia*, porque a Secretaria da Fazenda tem como obrigação fiscalizar todas as empresas sem discriminação. Não pode fiscalizar uma e não fiscalizar a outra; não pode estimular a sonegação, tem que fiscalizar desde a pequena até a grande empresa. Não pode deixar sem fiscalização as empresas, orientar naturalmente e combater a sonegação, os erros, os problemas.

Por isso, pediria mais uma vez ao deputado João Carlos Bacelar que me forneça essa cópia, porque na hora que ele me forneceu eu estava falando e não tive tempo de ler porque ele a pediu de volta. Estou sem o documento, não sei o conteúdo, não sei o que aconteceu, não sei a origem, não sei se é uma cópia verdadeira ou falsa, não sei absolutamente nada e tenho que saber para poder averiguar. Caso contrário, torna-se uma denúncia absolutamente vazia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará o deputado Paulo Azi pelo tempo de 4 min30seg e o restante o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Por 4 minutos e meio falará o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Bahia assiste perplexa à grave denúncia do deputado João Carlos Bacelar, comprovada com documentos da utilização do aparelho do Estado como instrumento de perseguição política.

Infelizmente, Sr. Presidente, mais uma vez, este governo foge das suas responsabilidades. Hoje, este Plenário devia estar repleto de representantes do governo para justificar a nós parlamentares e a toda Bahia fato de extrema gravidade, deputado Heraldo Rocha. E, agora, o governador Jaques Wagner tem esta grande oportunidade nas suas mãos: S.Ex^a tem a oportunidade, deputado Gaban, de demonstrar na prática que o seu governo é, definitivamente, democrático e republicano. Aliás, este é o discurso que ouvimos diariamente: “(...) trata-se de um governo republicano e democrático”. Pois bem, este governo tem esta oportunidade.

Demonstre, governador, que o seu governo é democrático e republicano. O primeiro gesto que cabe a V.Ex^a, governador, é afastar imediatamente todos aqueles que estão envolvidos nessa grave denúncia! Será que V.Ex^a, que representa um governo republicano e democrático, vai acobertar a perseguição política dentro do aparelho estatal? Isso é procedimento de governo republicano? A pergunta e a cobrança vai ficar neste Plenário, Sr. Presidente, deputado Fernando Torres.

O governo, mais uma vez, joga nos ombros do deputado Álvaro a responsabilidades espinhosa de justificar o injustificável. Toda vez é assim, as Lideranças somem, desaparecem e fica o deputado Álvaro.

(O Sr. Álvaro Gomes retorna ao Plenário.)

O Sr. PAULO AZI:- Deputado Álvaro, V.Ex^a pediu o documento. Está aqui, deputado Álvaro. (O deputado Paulo Azi entrega o documento ao deputado Álvaro Gomes.) Está aqui, deputado Álvaro. Espero que V.Ex^a, ao exercer a Liderança do governo, solicite do governador, do secretário as informações que a sociedade baiana exige.

Sr. Governador, a sociedade baiana exige explicações e, mais do que isso, exige providências de V.Ex^a, exige o afastamento de imediato de todos os envolvidos nesta triste e grave denúncia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Passo a palavra ao ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Carlos Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, no momento, Sr. Presidente, perplexa, a sociedade baiana acompanha a compra por R\$ 600 mil reais de um equipamento de escuta pela Secretaria da Fazenda. Ontem, chegou a grave denúncia aqui a esta Casa de que a Secretaria da Fazenda determinou por escrito que um auditor, depois de fazer uma vistoria, uma fiscalização na *Rede Bahia*, sem resultado, voltasse e procurasse encontrar resultados numa das empresas da *TV*

Bahia.

É gravíssima essa acusação, Sr. Presidente! A Casa não pode ficar inerte! O Líder da Oposição nesta Casa, deputado Heraldo Rocha, já elaborou, está dando entrada num pedido de CPI, e o primeiro a quem ele vai pedir que assine esse pedido de CPI é o Líder do governo, porque um governo que se diz transparente, democrático, republicano, tem a obrigação de apurar com o maior rigor possível essa grave denúncia.

No momento, repito, em que a sociedade baiana, perplexa, vê que a Secretaria da Fazenda comprar um equipamento de grampo para fiscalizar, para ilegal e provavelmente, fiscalizar empresas do Estado, nós, e eu como membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, na próxima reunião dessa comissão, vamos requerer que seja, de imediato, independente da CPI que deverá ser instalada, que seja convocado o secretário da Fazenda para vir dar as explicações pertinentes. Não podemos permitir que, num momento como este, que se diz democrático no Estado da Bahia, volte a circular assunto de grampo. Por que somos grampeados? Já fiz esse desafio. Existem tantas centrais de grampo que o grampo se banalizou neste País e, agora, banaliza-se aqui no Estado da Bahia!

Não podemos permitir isso! Essa é a nossa responsabilidade! Não adianta, deputado Álvaro Gomes, dizer que V.Ex^{as} vão querer fazer uma investigação por parte do governo! Que façam! Mas esta Casa tem que cumprir com a obrigação dela! Temos um compromisso com a sociedade baiana. Imagine, a cópia de um fax desses que aqui chegou! Se está acontecendo com uma rede idônea como a *TV Bahia*, imagine o que está acontecendo com cidadãos de bem deste Estado!

Não podemos permitir, e não vamos permitir um abuso dessa natureza, que uma acusação grave como a que foi denunciada ontem aqui por um parlamentar, o deputado João Bacelar, da tribuna desta Casa, não tenha a apuração necessária através de uma CPI.

Então, conclamo, e vamos divulgar os nomes da Bancada do governo, de quem não quiser assinar essa CPI, porque estariam com medo, o mesmo medo que tiveram ontem, quando atropelaram o Regimento desta Casa para tentarem aprovar um projeto inconstitucional, como foi aprovado pelo rolo compressor do governo, que tem um discurso de republicano, mas na prática, no dia da revolução, implanta o terrorismo, a falta de democracia, a ditadura, a subserviência da Assembleia Legislativa aos desejos de um governo, que não tem nada de democrático!

E o tumulto que ocorreu ontem foi por falta de transparência, por tentarem empurrar pela goela da Assembleia Legislativa da Bahia um projeto inconstitucional, já que a defesa que o governo faz nos Tribunais de Justiça da Bahia já dizendo que o projeto é inconstitucional e joga o ônus da inconstitucionalidade para a Assembleia Legislativa da Bahia.

O tumulto, deputado Heraldo Rocha, só não foi maior e não acabou em pancadaria, poderia até acabar em morte, porque foi dada uma ordem para que evacuassem as Galerias, que os auditores fiscais que aqui estavam, abismados, consternados com o poder de submissão da Assembleia Legislativa, se manifestaram

como todos os segmentos organizados que aqui comparecem têm se manifestado.

É a Casa do povo, e o povo tem que se manifestar. Se não fosse a intervenção rígida, rigorosa, dos membros da Oposição nesta Casa, iriam espancar os auditores. Não adianta o deputado Yulo Oiticica vir à tribuna e querer desvirtuar. Bagunceiros foram aqueles que não respeitaram o que determina a Constituição do Estado. Não venha dizer que bagunceiros são aqueles auditores que vieram manifestar a sua insatisfação, a sua discordância, vieram aqui nesta Casa para mostrar a inconstitucionalidade. Não venham inverter aqui as confusões. Houve pânico, e o pânico só foi contido graças, repito, à intervenção vigorosa dos 15 parlamentares que fazem Oposição nesta Casa, que impediram que fossem evacuadas as Galerias, e desta forma os auditores fiscais permaneceram, até numa forma de rolo compressor. O dia que se comemora a revolução foi o dia que se teve, também, o retorno da ditadura, agora na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Como havia anunciado ontem, hoje já me reuni com um advogado e estamos entrando na Justiça, não só pela inconstitucionalidade do projeto que foi aprovado aqui, mas também pela forma como foi passado por trás todo o Regimento Interno desta Casa, que não foi respeitado.

Por essas duas razões, vamos entrar com uma ação de inconstitucionalidade. Esse projeto não poderá ser sancionado pelo governador do Estado, que tem consciência de que é inconstitucional porque os seus defensores, os procuradores do Estado da Bahia no Tribunal de Justiça, têm dito que esse projeto é inconstitucional, ganhando todas as ações que os agentes de tributos movem querendo exercer as atribuições que são dos auditores fiscais. O governo diz que é inconstitucional.

E aqui, finalizando, o que o governo diz: “Votem, deputados, obrigo V.Ex^{as} a votarem. O ônus da inconstitucionalidade vai estar para esta Casa, e não para o governo do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, primeiro, quero dizer ao deputado Gaban...

(Alguns deputados dizem que não se trata de questão de ordem.)

O Sr. Zé Neto:- Tenho 5 minutos e vou fazer a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Não cabe a questão de ordem, V.Ex^a pega o horário do PT.

O Sr. Zé Neto:- É questão de ordem. Vou embasar a minha questão de ordem como o deputado Gaban faz toda vez, só que ele tem que aprender a respeitar o direito que eu também tenho a questões de ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Depois vou passar a questão de ordem ao deputado Paulo Azi.

O Sr. Zé Neto:- O deputado Gaban é quem mais faz questão de ordem aqui, e quando nós pedimos ele acha que não pode?

Primeiro, quero dizer ao deputado Gaban, só para retificar, Sr. Presidente, algumas coisas que devem ser colocadas.

Revolução, não. Golpe militar, não houve revolução, o que houve no Brasil foi golpe militar, e nós, deputado Gaban, estávamos em lugares distintos. V.Ex^a não estava no mesmo lugar que nós do PT e do PCdoB.

Acompanhei inclusive nos anos 80 o movimento estudantil e enfrentei polícia, enfrentei muitas coisas que não quero voltar a enfrentar. O que V.Ex^a chama de revolução eu chamo de golpe. Nasci no dia 31 de março de 1964, nasci no dia, e digo mais a V.Ex^a: como estudante sofri na pele. V.Ex^a estava em outro lugar, e não junto com os que enfrentavam o golpe militar.

Sr. Presidente, quero aqui apenas dizer o seguinte: V.Ex^a tem pouca memória e esqueceu que vivemos aqui mais de 25 anos sob o domínio égide da ditadura militar, do grupo de V.Ex^a, que usufruiu do poder com rolo compressor e outros mecanismos mais aterrorizantes, como o grampolândia e outras questões que todos vocês estão esquecendo.

Mas quero pedir a V.Ex^a, Sr. Presidente... Nós, da Bancada do governo, exigimos, vou pedir, não vou exigir, pedindo a V.Ex^a que exija da Bancada de Oposição a cópia deste documento, porque não vamos abrir CPI, mas é preciso encaminhar essa cópia de documento com quem mandou esse documento para cá, porque vou dizer a V.Ex^a, talvez, deputado Gaban, V.Ex^a tenha esquecido a interpretação do texto.

Uma denúncia foi feita contra um grupo, pode ser quem quer que seja, deve-se apurar, apura-se a denúncia. Uma empresa é fiscalizada e chega-se à conclusão que naquela empresa não há nenhuma irregularidade.

Uma diretora que, inclusive, não é ligada ao Sindsefaz, solicita a verticalização e o aprofundamento dessa investigação, o que é normal para qualquer empresa. Um diretor da Data Metro, que também não é ligado a nenhum grupo do Sindsefaz, dentro do seu regular cumprimento do dever, o diretor da Data Metro solicita que seja apurado em todo o grupo.

Até aí, estou vendo o estado de direito fazendo o seu papel. Não vi neste texto, mas precisamos saber como um texto, como é que um e-mail pessoal, de uma secretaria de estado, uma atuação regular do estado, chega a esta Casa para fazer espuma, claro, estão atrás de fatos. Nós aprendemos a ser governo, rápido, a Oposição não sabe ser oposição.

Eu peço a V.Ex^a que solicite, como presidente em exercício, desta Casa, neste momento, aos representantes da Oposição, aos deputados que se manifestaram acerca deste assunto, que apresentem o documento e por dever legal, porque essa informação pode chegar à empresa, se ela quiser, mas por dever legal, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Concluindo, por dever legal. Digam de onde saiu, porque esse documento é interno. Um documento interno, inclusive é bom a gente apurar quem são os diretores que cumpriram com seu dever, porque vamos chegar a outras pessoas

e não é o secretário, e que não vão ser punidas...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a, tempo esgotado.

O Sr. Zé Neto:- Encerrando, Ex^a; não vão ser punidas, porque estão dentro do espírito do dever legal. Agora, é preciso saber quem passou um documento interno, do governo e não é do governo, é do Estado, é bom separar, presidente, o que é governo e o que é estado.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Concluindo. É bom separar de quem é a responsabilidade, porque é muito grave, realmente. Quem trouxe esse documento para cá? Quem subtraiu irregularmente este documento? Quem pegou um fato regular da administração e tentou criar um fato de perseguição? A perseguição acabou neste Estado. Viva a democracia! Viva Lula! Viva Wagner! E não foi uma revolução, o golpe já acabou. Vivemos um momento de democracia. Quem tem saudade do golpe que fique aí pelos cantos chorando as derrotas, porque o povo tem representantes à altura aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir.

O Sr. Zé Neto:- (...) desta Bancada de Governo.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem do deputado Gaban. Quero avisar que vou conceder questões de ordem a todos os deputados.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, temos várias pérolas aqui neste dia, patrocinadas, que podem servir para todos. Não vá embora, deputado, fique aqui, deputado Zé Neto, não corra não, venha cá, pode servir de manchete para vários jornais. Vem cá ouvir, deputado Zé Neto, não fuja, não, está envergonhado, deputado? Mas tudo bem, vai ficar registrado nos anais da Casa.

Primeiro, gostaria de registrar, Sr. Presidente que o deputado Zé Neto, mesmo inquirido por mim, está fugindo do Plenário, porque ele proferiu hoje várias pérolas que podem ser utilizadas em todos os blog's, até em jornais com anedotas do dia.

Primeiro ele disse que: - quando foi o dia da revolução ele estava do outro lado, brigando com a polícia, atacando. Só que o dia é 31 de março de 1964, o dia do nascimento dele, ele estava ainda no colo da mãe. Na hora em que nasceu, estava na maternidade e já estava lá combatendo a ditadura. Eta bicho retado! Você vê como se pega na mentira, mentira deslavada. É uma vergonha!

E mais uma outra pérola do dia: dizendo que grave não é a denúncia, grave não é o fato de ter sido dada uma determinação para que apure uma rede de televisão e suas empresas, para que tenha resultado na fiscalização. Segundo deputado Zé Neto, grave é um documento interno ter vazado, isso é que é grave. Olha a gravidade do que ele disse! Ele acha, ele quer o nome da pessoa que deu a informação. Sabe para quê? Para demitir, para perseguir.

Agora, esse documento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Álvaro

Gomes, dentro da linha de raciocínio, ontem, está gravado aqui, o deputado Waldenor, e o deputado Paulo Rangel entenderam como gravíssima essa denúncia, que deveria ser apurada, e será apurada. Os membros da CPI, é lógico que terão acesso a esse documento completo com o nome, porque aí o funcionário será protegido. O Ministério Público será acionado, o Tribunal de Justiça será acionado, faremos sessão secreta para preservar a identidade de quem deu a informação.

Não vamos inverter, mais uma vez, como tentou o deputado Yulo Oiticica, dizer que o tumulto foi provocado pelos auditores. Não, foi provocado porque não se respeitou o Regimento Interno desta Casa e se não fosse, repito, a atuação dura dos membros da Oposição poderia, sim, ter ocorrido um tumulto com feridos, naquela que se diz Casa do povo. Vimos a TV Assembleia ser tirada, repentinamente, do ar. Recebi vários e vários email, hoje, sobre esse episódio.

Essa é a democracia, deputado Álvaro Gomes. Não venham mais com essas mentiras ditas pelo deputado Zé Neto, que envergonhado saiu daqui, mesmo eu pedindo que ficasse. Mas ele não conseguiu ficar, porque não poderia, no dia do seu nascimento, estar nas trincheiras de luta contra os militares. Esse argumento é que não pode, não podemos...

Agora, instalem, assinem, tem que assinar, senão nós vamos ficar o tempo todo dizendo: não tem transparência. Quem quer transparência apura. Se fizeram, não vão inverter, dizendo que o errado é aquele que deu informação. Errada foi a ordem, Sr. Presidente, para fiscalizar empresas. Fiscalizou, não deu resultado, vai uma ordem, arrume resultado. Pelo amor de Deus!

No momento em que se compra mais um grampo no Estado da Bahia, um grampo patrocinado pela Secretaria da Fazenda no valor de 800 mil, deputado, sem licitação, para fiscalizar as pessoas de bem do Estado da Bahia, merece e terá que ter CPI, sim. Vamos ficar, e repito, Sr. Presidente, finalizando, no tempo que me resta, como membro da Comissão de Finanças e Orçamento, e nós temos maioria nesta Comissão, para pedir, solicitar e será aprovada a convocação, mesmo em tramitação, da CPI. E o secretário da Fazenda será convocado pra vir responder essa grave denúncia.

Não tentem inverter. Aquele governo que se diz republicano e democrático fazendo inversão de valores. Até dizer, ainda no ventre da mãe, que já estava na luta. Que mentira deslavada, mexer com a nossa inteligência.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Eu peço a compreensão do deputado Professor Valdeci, eu liberei questão de ordem para o deputado Zé , que é do seu Partido e franqueei para todos os deputados também da mesma forma.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar e logo após passo a V.Ex^a.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar o deputado Zé Neto, que não trilhou o caminho de alguns colegas, no sentido de desconsiderar a denúncia. O deputado Zé Neto confirmou que houve o documento, e

essa denúncia que eu fiz, diferente do que o deputado Waldenor diz hoje nos jornais, não é denúncia vazia. Denunciei a folha secreta na Secretaria de Saúde, e o conselheiro Zilton Rocha atestou a existência da folha. Denunciei a perseguição política na Secretaria de Educação e foi confirmada. E agora fiz essa denúncia que foi confirmada. Mas, se parabenizei o deputado Zé Neto pela honestidade, tenho que dizer que o deputado, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deveria conhecer o parágrafo 3º do artigo 84 da Constituição do Estado. Diz o parágrafo 3º: “ *O deputado não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou dele receberam informações*”.

O deputado Zé Neto, por ter nascido no dia 31 de março de 1964, quer repetir as práticas do golpe militar ou também conhecido como o *Golpe da Redentora*. O deputado Zé Neto quer saber o nome de quem me entregou a denúncia para perseguir.

Agora, deputado Waldenor, deputado Álvaro Gomes, V.Exª que disse que se tivesse conhecimento do documento assinava a CPI, assine. Aja como o deputado Paulo Azi que disse que renunciaria ao mandato se encontrasse na Liderança dele algum requerimento pedindo vistas de parecer; faça como o deputado Heraldo Rocha, que afirmou que renunciaria ao mandato, se fosse encontrado... e faça como eu fiz ontem, que renunciaria ao meu mandato se o documento que eu trouxe aqui, que prova a perseguição política e fiscal do governador Wagner – Wagner usa a Secretaria da Fazenda para perseguir –, eu renunciaria ao meu mandato, e está aí a prova que o documento existe.

A Bancada do PT ou quem gosta dos métodos stalinistas quer é que eu diga o nome do funcionário, para que eles o persigam, mas isso não terão.

Obrigado, Sr. Presidente, deputado Fernando Torres.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pela ordem o deputado Álvaro Gomes. O próximo orador inscrito, deputado Professor Valdeci, está reclamando com razão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente, a minha questão de ordem é exatamente nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Excelência, não era para eu dar questão de ordem ao deputado Zé Neto, mas como hoje está um dia tranquilo, um dia light, eu liberei questão de ordem a todos os deputados presentes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente, a minha questão de ordem é no sentido de colocar ordem nos trabalhos. Foi concedida uma questão de ordem ao deputado Zé Neto, que, por sinal, na minha opinião não foi efetivamente uma questão de ordem, e foi concedida uma questão de ordem ao deputado Gaban que também...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Foi um acordo, um acordo de questão de ordem, um acordo de Lideranças.

O Sr. Álvaro Gomes:- Tudo bem, só para concluir o meu raciocínio...que também não foi uma questão de ordem. Na realidade, foi uma fala do deputado Zé Neto e uma fala do deputado Gaban. Depois veio o deputado João Carlos Bacelar e

falou. Agora a questão de ordem foi concedida a mim.

O meu apelo, nobre presidente, é o seguinte: que encerre as questões de ordem mantendo o equilíbrio de uma questão de ordem para a Oposição, uma questão de ordem para o Governo, garanta a palavra do nobre Professor Valdeci, para que efetivamente, tenhamos ordem nos trabalhos. Se for manter o critério de questão de ordem aberta para todo o mundo que seja mantida a paridade entre Oposição e Situação.

Só queria, para concluir o meu argumento, fazer uma pequena correção, nobre deputado João Carlos Bacelar. Primeiro, podem recorrer às notas taquigráficas. As notas taquigráficas vão estar à disposição. E, em nenhum momento, eu falei que assinaria a CPI. Pegue as notas taquigráficas, é simples. Veja só, calma, eu estou apenas colocando as questões da forma que elas são. O que eu coloquei é que precisava ter o documento para analisar, para averiguar. O deputado João Carlos Bacelar tinha colocado uma xerox no primeiro momento em que eu estava falando, depois o próprio deputado João Carlos Bacelar precisou da xerox que retornou para o nobre deputado. Recentemente, ao solicitar, o deputado Paulo Azi me forneceu a xerox. Essa xerox será analisada. Se confirmada a denúncia de perseguição, defendo que seja rigorosamente apurada e os responsáveis sejam punidos.

Em nenhum momento eu fiz a afirmação colocada aqui pelo nobre deputado João Carlos Bacelar de que assinaria a CPI e, em nenhum momento, eu vou poder renunciar ao meu mandato porque o mandato não me pertence, o mandato não é meu. Eu não sou dono do meu mandato. Seria um desrespeito para os eleitores que me colocaram aqui para que eu cumprisse o mandato parlamentar se eu renunciasse. Se o mandato me pertencesse eu poderia até fazer esse trabalho da questão da renúncia, mas eu não posso, infelizmente, renunciar porque fui eleito e cumpro os meus compromissos. Não posso trair os eleitores que me elegeram, colocaram-me aqui para que eu continuasse defendendo os interesses da sociedade, defendendo o socialismo, defendendo a justiça social. Eu não posso, em hipótese alguma, aceitar o desafio de renunciar porque o mandato não me pertence, pertence à sociedade.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Vou encerrar a inscrição. Estão inscritos os deputados Luiz de Deus, Paulo Azi e Heraldo Rocha.

Com a palavra o deputado Luiz de Deus.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente. Srs. Deputados, ouvimos há pouco as colocações do deputado Zé Neto que deixou a todos extremamente preocupados, sobretudo a sociedade baiana, uma vez que ele confirmou a denuncia feita pelo deputado João Carlos Bacelar na noite de ontem, mas pediu, de uma forma incompreensível, praticamente como se fosse anexar o cidadão que apresentou denúncia, coisa que é extremamente impossível.

E o que me deixa preocupado, quem quer fazer a coisa séria, quer realmente apurar o fato, vai atrás buscar quem autorizou, isso é o que ele deveria perguntar. O governo do Estado já tem um cidadão que assina a solicitação das averiguações de possíveis desvios fiscais, mas esse cidadão precisa informar quem foi que o autorizou a fazer isso e chegar ao fim da outra extremidade. Isso é o que deveria ser feito.

O que preocupa a todos nós, muito mais do que isso, é que com a instalação, deputado Paulo Azi, do guardião, que no meu entendimento a sociedade deveria colocar o nome de bisbilhotão em vez de guardião, porque vai realmente bisbilhotar a vida do cidadão baiano, sobretudo o contribuinte vai perder a sua privacidade. Quem está fazendo isso, imaginem o que deverá fazer com esse aparelho na mão. Isso é altamente preocupante para todos nós, para o contribuinte e sobretudo para quem faz política neste Estado. A partir de agora os senhores podem certeza que todos deverão ter, entre aspas, a sua vida bisbilhotada pelo guardião ou pelo bisbilhotão.

Era isso que eu gostaria de ter trazido hoje, aqui, à Assembleia em virtude do aparte do deputado Zé Neto.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi: Sr. Presidente, confesso que fiquei estarecido com o pronunciamento do deputado Zé Neto. Aliás, Sr. Presidente, o próprio deputado Zé Neto ficou tão envergonhado com o que falou, que se retirou do Plenário. Muito mais digna, coerente foi a postura do deputado Álvaro, que confirmou que se realmente a denúncia for verdadeira, o próprio deputado Zé Neto confirmou que a denúncia é verdadeira, que se faça a apuração e que se punam os culpados.

Agora, vem o deputado Zé Neto a este Plenário exigir o nome daquele que nos deu o documento. Com que objetivo, Sr. Presidente, com que interesse, deputado João Carlos Bacelar? O deputado Zé Neto que já tem o documento em mãos, possivelmente o conseguiu na Secretaria da Fazenda. Com que interesse ele quer o nome daquele que nos informou, para perseguir?

Sr. Presidente, deputado Fernando Torres, o deputado Zé Neto tem a cara de pau de vir falar aqui em revolução, em golpe militar, se ele coloca o seu DNA, as suas digitais em instrumentos que todos nós repudiamos: o autoritarismo, a perseguição. O deputado Luiz de Deus foi muito feliz. Estamos entregues a um Estado policalesco, Sr. Presidente. O convênio, deputado João Carlos Bacelar, do governo do Estado com o BID foi violentado. Utilizou-se de um convênio de modernização da Secretaria da Fazenda para se comprar um equipamento que não está de forma alguma vinculado ao seu objeto, com o objetivo único de ter instrumentos para bisbilhotar a vida das pessoas e, mais, perseguir os seus adversários políticos.

É estarecedor, deputado Fernando Torres, V.Ex^a que preside a sessão, ver o reconhecimento público feito pelo deputado Zé Neto dessa ação criminosa, autoritária e ver o mesmo deputado que é o presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, a nossa mais importante comissão, ter a coragem de defender aquilo que foi repugnado pelo Líder do governo, pelo Líder do PT. Acredito até que será repugnado pelo próprio governador Jaques Wagner, se esse governador for democrático e republicano como diz todos os dias que é.

Portanto, deputado Zé Neto, V.Ex^a, no intuito, de mais uma vez tentar agradar, bajular esse governo, mancha, marca de forma negativa o mandato de V.Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para uma questão de ordem, com a palavra a deputada Marizete Pereira.

A Sr^a Marizete Pereira:- Faço esta questão de ordem, Sr. Presidente, porque gostaria de pedir a sua compreensão, tendo em vista que já temos um orador anunciado, o deputado Valdeci. Então, solicito que ele possa usar o tempo dele.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Agradeço e peço a compreensão do deputado Professor Valdeci, mas foi a questão de ordem do deputado Zé Neto que trouxe as outras. Como franqueei para todos os deputados, inclusive para a senhora, tenho de esperar que todos falem.

Questão de ordem, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Obrigado, Sr. Presidente, procurarei ser breve.

Quero, em primeiro lugar, requerer – como já fiz na sessão ontem – todo o material das sessões ordinária e extraordinária de ontem, ou seja, as notas taquigráficas, o áudio e o vídeo.

Requeiro, também, essa pérola de discurso do deputado Zé Neto, presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Encerro com a seguinte frase, escrita pelo Dr. Abelardo de Andrade Cardoso, inspetor da IFEP Serviços/DAT METRO, coordenador de Utilidade Pública: (lê) *“Tem uma solicitação de fiscalizar a rede de empresas da TV Bahia. Sandra Noya fiscalizou e encerrou sem resultado, peço que converse com ela sobre a possibilidade de ter resultado na fiscalização de outras empresas do grupo, conforme solicitação da Superintendência.*

Atenciosamente,

Abelardo de Andrade Cardoso.”

Sr. Presidente, tive alguns mandatos no Executivo, fui secretário de Estado duas vezes, do Trabalho e da Justiça, e superintendente da Legião Brasileira da Assistência; tenho cinco mandatos aqui nesta Casa, por isso, posso afirmar que essa declaração escrita tem de ser apurada. Temos de abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenho certeza de que, depois da minha assinatura, o deputado Waldenor, como Líder do governo, colocará também a dele, para que assim todos os seus pares assinem o requerimento dessa CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Professor Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, por 9 minutos, o deputado Professor Valdeci.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Marizete, aqueles que nos assistem pelo *Canal Assembleia* ou nos ouvem pelos *sites* dos Srs. Deputados, quero dizer que na tarde de hoje o prefeito de Morpará, Lelê,

esteve em nosso gabinete. Agradecemos essa presença.

Quero também me somar à fala da deputada Marizete dando os parabéns pelos 71 anos de Correntina, cidade vizinha da nossa, com seus 10 mil Km² e 31 mil habitantes. Um povo alegre.

Devo também dizer que neste final de semana estive em Sítio do Mato, em Serra do Ramalho, Paratinga e Ibotirama fazendo contato com os trabalhadores rurais da minha região. E faço um apelo para que sejam iniciadas as obras da BR-172 o mais rapidamente possível; e que governo federal repassasse os 27 milhões para que comece logo, porque está ficando intransitável, a recuperação da nossa BR-349.

Desejo, ainda, agradecer e dar os meus parabéns a Heraldo Rocha e a Waldenor. E gostaria de que o deputado Gaban estivesse aqui, tendo em vista que ele disse que Zé Neto fugiu. Queria dizer a quem nos ouve que o deputado Gaban não se encontra neste momento, porque, como deputado do Partido dos Trabalhadores, queria lhe dar a resposta.

Volto-me para os deputados Heraldo Rocha e Waldenor Pereira para parabenizá-los por ontem, pois, apesar de tudo que ocorreu – aí vai a avaliação de cada um – foi um momento importante para o Legislativo baiano. Alguns ânimos se exaltaram, mas, afinal, somos de carne e osso e temos coração.

Quero parabenizar também a Oposição pela maneira ágil com que foi às Galerias manifestar apoio a um grupo de assistentes. Foi importante aquela atitude no momento. A Presidência solicitou a retirada dos assistentes das Galeria, porque realmente eles abusaram, pois, nas Galeria, de acordo com o Regimento, só poderiam bater palmas. Tais manifestantes, todos de nível superior, que ganham um salário razoável como os auditores fiscais, não se comportaram como tal.

Queria ter ouvido todos cantando *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, mas só o nosso deputado Rogério Andrade cantou, e quero até parabenizá-lo por isso. Vamos vivendo e aprendendo. Os parlamentares do PR e do DEM tiveram uma atitude bonita, a meu ver, de solidariedade às pessoas que vieram assistir à sessão. Continuem assim, solidários à população na afirmação dos direitos democráticos dela.

Quero tranquilizar também a Oposição, principalmente para quem nos ouve, porque para o Plenário não seria necessário. Mas quem lhes fala aqui é o Professor Valdeci, deputado pelo Partido dos Trabalhadores, para dizer que nosso governo Jaques Wagner assim como o seu secretariado não são *stalinistas*. Quanto a isso podem ficar tranquilos. Com todo o respeito que temos a Stalin, que tanto errou quanto acertou, a nossa orientação ideológica não é *stalinista*, muito menos fascista. Deputado João Carlos Bacelar, V. Ex^a pode ficar tranquilo, porque o governador Wagner não é fascista; muito pelo contrário, pois tanto ele como nós todos brigamos pelo contraditório a esse regime.

Queria dar os parabéns o secretário da Fazenda do Estado, Carlos Martins. Não tenho dúvida de que o Legislativo precisa olhar para essa secretaria, que melhorará a qualidade dos serviços na Bahia. Quero reforçar que lutarei, neste curto mandato que terei nesta Casa, para que nenhum resquício de fascismo ou *stalinismo* caiam no

Executivo nem no Legislativo.

Agora, mesmo que o deputado Carlos Gaban não se encontre aqui e a maioria da Oposição também não, acho que é importante o debate. O documento que o deputado João Carlos Bacelar trouxe, vamos lá para uma interpretação de texto.

Deputado Luiz Augusto, foi o importantíssimo o debate que o deputado João Carlos lançou ontem. Como sou novo na Casa, procurei estudar e cheguei à conclusão que, se houvesse, Sr. Presidente, uma ferramenta mais rápida do que a CPI, iria propô-la aqui para apurar esse fato para que, até terça-feira, se desse o assunto por encerrado. Se tivesse esse poderes, assim eu procederia.

Veja, principalmente para quem nos ouve, que todo o o debate começou ontem, e, como está nos ensinando, o deputado Heraldo Rocha está certo: a Oposição tem que gritar. E ela, ontem, expôs suas questões e está no papel certo, deputado Misael, ou seja, tem que se fazer o debate, com respeito que senti aqui, ontem. Um ou outro exagerou, tanto da Situação como da Oposição, mas é normal.

Vejam o que diz o texto, que é um documento interno e que, todos nós que estamos aqui sabemos, pode ter sido montado, mas não quero entrar nesse mérito:

“Tem uma solicitação de fiscalizar a rede de empresas da TV Bahia. Sandra Noya fiscalizou e encerrou sem resultado” . Agora qual o resultado? Vamos à interpretação do texto: *“Peço que converse com ela sobre a possibilidade de ter resultado na fiscalização de outras empresas do grupo, conforme solicitação da superintendência.”* Isso aqui é um parágrafo. Então, nós temos que, como há a assinatura que também pode ser montada, mas eu não quero entrar nesse mérito, aceitando como se fosse verídico esse documento de Abelardo de Andrade Cardoso, inspetor e tal...

Tudo bem, eu até quero conceder o aparte, mas o problema é que eu sou novato aqui e, de repente, posso perder o meu raciocínio. Acho que nós temos que apurar isso amanhã, se for possível, porque senão ficamos dando corda para uma coisa que, de repente, é uma interpretação. Pode ser isso? Não estou dizendo que não. Pode ser realmente uma coisa errada. Mas qual o resultado? Se eu fosse trabalhador da Fazenda, talvez eu soubesse, porque pode ser qual o resultado: de arquivamento? De tentar encontrar algo? Qual o resultado? Então eu acho que é isso que nós temos que apurar.

Eu queria dizer que, se houver um mecanismo mais rápido do que uma CPI, eu sou a favor, porque senão podemos ficar um pouco na disputa de Oposição, Situação, Maioria, Minoria, e, de repente, podemos desgastar o nosso Poder Legislativo.

Deputado Luiz Augusto, eu vou conceder o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Luiz Augusto:- Deputado, eu ouvi as suas palavras e vi que você é um cara sensato. Você diz o que deve também. Às vezes o partido faz com que encubramos uma porção de coisas, e você foi um cara sério, duro e honesto. Quero lhe parabenizar pela sua atitude corajosa, de apurar até o fim. Digo isso porque eu já fui tão fiscalizado no passado e não quero que isso ocorra com ninguém.

Se a moeda é a mesma, eu não sei, mas acho que você tem razão. E a Comissão de Orçamento, você que é do PT, podemos até chamar o superintendente da

Comissão de Orçamento para prestar esclarecimento.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Deputado João Carlos Bacelar, acho que a presidência vai me...

O Sr. João Carlos Bacelar:- É rápido. Deputado Professor Valdeci, eu quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento. Foi uma grata surpresa. As palavras de V.Ex^a incentivam-nos a nos dedicarmos mais ao Legislativo e termos atitudes como a de V.Ex^a, tanto que, pelos bons princípios que o guiaram, eu também vou abrir mão aqui de uma coisa que eu poderia deixar para uma CPI ou para um momento de constranger o governo. Mas esse inspetor, deputado, ele só pode fiscalizar, a inspetoria dele só tem atribuições de fiscalizar empresas que atuem na área de utilidade pública: televisão, telefone, correios etc.

E ele manda aí que se investiguem empresas de construção, porque o grupo tem construtora. Quando ele manda que se investiguem todas as empresa do grupo, ele comete outro crime, que é ir além da competência dele. Queria parabenizar V.Ex^a, mas, como bem me chamam a atenção aqui, esse alargamento das atribuições dele caracteriza uma perseguição. O pronunciamento de V.Ex^a incentiva a que nós também ajamos dessa maneira como V.Ex^a agiu.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Obrigado. Agradecendo a tolerância da presidência, queria fazer um pedido a V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, para cobrar de minha pessoa, na semana que vem, porque nós precisamos apurar isso urgentemente. Acho que a CPI agora não é o caso, porque pode cair, talvez, numa... Não sei, não quero falar porque eu não tenho... Mas, como o Poder Legislativo tem esse poder, então vamos exercê-lo para que apuremos e, se for o caso da gravidade que foi levantada, aí, sim, acho que cabe a CPI. Mas como vereador de um mandato que tive, somente, sobre muitas coisas tiramos a dúvida indo com o nosso poder à secretaria.

Então, eu quero me colocar ao inteiro dispor para o esclarecimento desse fato. Agradeço, presidente, pela tolerância.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Questão de ordem, deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Caldas:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de que esta denúncia é, sem dúvida nenhuma, da maior gravidade. A atuação do deputado João Carlos Bacelar, que é impecável, competente, está prestando relevante serviço à democracia no seu mister de fiscalizar os atos da administração do governo em todos os níveis.

Conheço o deputado João Carlos Bacelar não apenas como deputado, mas desde a sua infância. Conheço o seu DNA, sei que a genética não falha, e sua descendência e tradição é de homem probo, honesto e zeloso pelo mandato, pelo seu nome, e pela sua palavra, no entanto podemos muitas vezes ser levados a cometer equívocos. Sei que o deputado João Carlos Bacelar não é capaz, de maneira alguma,

de ludibriar, ou de passar uma informação falsa, errônea, mas pode receber um documento que não tenha a necessária autenticidade e legitimidade.

Pelo que conheço do governador Jaques Wagner, estou certo de que se esta informação, esta denúncia for procedente o governador agradecerá essa contribuição no sentido de apurar, devidamente, e punir os culpados. Esta apuração não é *on-line*, virtual, ou seja, não pode ser feita aqui na mesma hora, mas tenho certeza de que ela será feita.

A Oposição e a Situação devem continuar dando prosseguimento à apuração, colaborando com a clareza dos fatos, porque sendo procedente esta denúncia é da maior gravidade.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a Rádio Sociedade da Bahia, emissora que é patrimônio do povo baiano, embora tardiamente, mas nunca é tarde para reconhecer valores, já que não tive a oportunidade de falar durante a sessão desta semana.

Parabenizo também a nossa querida cidade do Salvador - soterópolis vem do grego: *soterion* (salvação) e *polis* (cidade) - terra de belezas raras, do mar, das praias e do fascínio da natureza, da tradição, do saber jurídico, dos casarões históricos, que tanto nos orgulha.

Quero aproveitar também para parabenizar o Brasil e os brasileiros, porque hoje vivemos num regime democrático. Há 45 anos o Brasil se distanciou dos tempos difíceis do Golpe Militar em que a ditadura esmagou a democracia.

Naquela época tivemos um baiano, o Dr. Francisco Waldir Pires de Souza, que com grave e iminente risco da sua liberdade e da própria vida foi o último a deixar o sitiado palácio do governo federal.

Quero parabenizar a pátria brasileira que desfruta de uma democracia progressiva, se aprimora, a cada dia, a dar um viva à democracia, aos democráticos, aos democratas brasileiros e a toda a sociedade brasileira porque estamos distante e felizes dos tempos difíceis.

Quero pedir a Deus e a colaboração de todos para que jamais voltemos a sofrer as retaliações e as privações de toda natureza das nossas liberdades individuais e coletivas.

Concluindo a minha questão de ordem, Sr. Presidente, que é no sentido de pedir a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Solicito ao 1º Secretario fazer a contagem dos Srs. Deputados. Encontram-se presentes 9 Srs. Deputados e, não havendo mais quórum, declaro encerrada a presente sessão.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço

<http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.